

Volume 02

DIAGNÓSTICO SOCIAL DA CRIANÇA E ADOLESCENTE DO MUNICÍPIO DE VERANÓPOLIS - RS



**Pesquisa de Percepção com Adolescentes
e Plano Decenal**

DIAGNÓSTICO SOCIAL DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE DO MUNICÍPIO DE VERANÓPOLIS/RS



Volume 02

Pesquisa de Percepção com Adolescentes e Plano Decenal

1ª Edição

Veranópolis, 2020

DIAGNÓSTICO SOCIAL DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE MUNICÍPIO VERANÓPOLIS/RS

Volume 02

Idealização:



PREFEITURA MUNICIPAL
DE VERANÓPOLIS

SECRETARIA MUNICIPAL DE
DESENVOLVIMENTO SOCIAL,
HABITAÇÃO E LONGEVIDADE

Realização



Financiamento



Apoio



Veranópolis, 2020

DADOS INTERNACIONAIS DE CATALOGAÇÃO NA PUBLICAÇÃO (CPI)
(CÂMARA BRASILEIRA DO LIVRO, SP, BRASIL)

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
(Câmara Brasileira do Livro, SP, Brasil)

Diagnóstico social da criança e do adolescente do município de Veranópolis/RS : volume único / [equipe Painel Pesquisas e Consultoria]. -- Joinville, SC : Painel Instituto de Pesquisas, 2020.

Vários colaboradores.
Bibliografia.
ISBN 978-85-93177-16-3

1. Ciências sociais 2. Crianças e adolescentes - Brasil - Condições sociais 3. Direitos fundamentais - Brasil 4. Estatística 5. Estatuto da Criança e do Adolescente 6. Indicadores sociais - Veranópolis (RS) 7. Pesquisa - Metodologia 8. Políticas públicas 9. Veranópolis (RS) - Descrição I. Painel Pesquisas e Consultoria.

20-33316

CDD-304.6098165

Índices para catálogo sistemático:

1. Brasil : Veranópolis : Rio Grande do Sul :
Diagnóstico da realidade social de crianças e
adolescentes : Ciências sociais 304.6098165

Cibele Maria Dias - Bibliotecária - CRB-8/9427

DADOS INTERNACIONAIS DE CATALOGAÇÃO NA PUBLICAÇÃO (CPI) (CÂMARA BRASILEIRA DO LIVRO, SP, BRASIL)

Diagnóstico da Social da Crianças e do Adolescentes do Município de Veranópolis/RS
Volume 02
1ª Edição, Veranópolis, RN – Núcleo Criativo Painel – 2019

20-33316

CDD-304.6098165

EQUIPE PAINEL PESQUISAS

Coordenação Geral

Ermelinda Maria Uber Januário – Economista CORECON nº 2.556-9

Coordenação de Campo

Maria Helena Provenzano - Administradora CRA nº 27913 e Bacharel em Serviço Social
Fabiana Caetano – Advogada OAB/SC nº 54940 e Administradora CRA/SC nº 28080

Análise Estatística

Fátima Mottin – Estatística CONRE nº 9013-A
Marcelo Nunes Paolillo – Engenheiro de Software

Equipe Técnica

Deise de Souza Barros - Arquiteta
Fabiana Caetano – Advogada OAB/SC nº 54940 e Administradora CRA/SC nº 28080
Felipe de Avila – Graduando em Ciência da computação
Marcelo Nunes Paolillo – Bacharel em Ciência da Computação – Engenheiro de Software
Margareth Victória Kolb - Historiadora
Valmir Poli – Assistente Social CRESS nº2518 12ª Região

Revisão Textual e Ortográfica

Vanessa Cristina Leal Miranda – Letras Português/Inglês

Apoio Administrativo

Diana Maria Garbin
Ian Casas

Identidade Visual

Isabela Bortoletto Bozzola – Designer Gráfico
Rafael Uber – Diretor de Arte e Diretor Cinematográfico (DRT n. 11048/48)

Gestores Municipais

Waldemar De Carli
Prefeito Municipal

Rubem Luis Maria Pastore
Vice-Prefeito

Milton Olivo Broeto
Secretário Municipal de Governo

Adriane Maria Parise
**Secretária Municipal de Desenvolvimento Social,
Habitação e Longevidade**

Izabel Cristina Durli Menin
**Secretária Municipal de Educação, Esporte Lazer
e Juventude**

Ricardo Ledur Gotardo
Secretário Municipal de Finanças

Romeo Mattiello Tedesco
Secretário de Infraestrutura e Meio Ambiente

Vanessa Calioni Bordignon
Secretária Municipal de Saúde

Cristiano Valduga Dal Pai
**Secretário Municipal de Desenvolvimento
Econômico**

Diana Alessio Tomiello
Secretária de Turismo e Cultura

Comissão do Diagnóstico Social

Luciana De Conto Matter
Assistente Social e Coordenadora do CRAS
Centro de Referência de Assistência Social - CRAS

Marcela Guindani Silva
Psicóloga e Coordenadora do CREAS
**Centro de Referência Especializado de Assistência
Social - CREAS**

Cleverson Evandro Kufner
Presidente do COMDICA GESTÃO 2018 -2019

Adriane Maria Parise
Secretária
**Secretaria de Desenvolvimento Social, Habitação
Longevidade**

Cátia Maria Armelin Peruzzo
Coordenadora da Educação Especial
**Secretaria de Educação, Esporte, Lazer e
Juventude**

Juliana Lauer Gonçalves
Fonoaudióloga da Secretaria da Saúde
Secretaria de Saúde

Maria Teresa Rambo Löwe
Extensionista Social da EMATER
Escritório Municipal da ASCAR-EMATER

Eleni Tavares da Paixão
Assistente Social
**Centro Comunitário Veranense de Educação e
Assistência - CECOVEA**

PREFÁCIO

A Secretaria de Desenvolvimento Social, Habitação e Longevidade, no uso das atribuições legais e regulamentais que lhe são conferidas e no plexo exercício de sua competência para a deliberação e controle das Políticas Sociais, juntamente com o COMDICA – Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente com incentivos da CERAN CIA Energética Vale das Antas promoveu a elaboração do **Diagnóstico da Realidade Social da Criança e do Adolescente de Veranópolis no ano de 2019.**

Importante ação executada, o presente diagnóstico será o norteador da execução das políticas públicas sociais para criança e ao adolescente, onde trará subsídios a formulação, execução e aprimoramento dos serviços, programas e projetos voltados a crianças e adolescentes no município, e que para atingir tal objetivo foi fundamental a articulação e mobilização de toda a rede de atendimento Municipal, entre os diversos órgãos representativos, atuantes e compromissados com a defesa, promoção e proteção dos direitos da criança e do adolescente.

Adriane Maria Parise
Secretária
**Secretária Municipal de Desenvolvimento Social,
Habitação e Longevidade**

Cléverson Evandro Kufner
Presidente do COMDICA
Gestão 2018-2019

EPÍGRAFE

O Direito das Crianças

*Toda criança no mundo, deve ser bem protegida
Contra os rigores do tempo, contra os rigores da vida.*

*Criança tem que ter nome, criança tem que ter lar
Ter saúde e não ter fome, ter segurança e estudar.*

*Não é questão de querer, nem questão de concordar
Os direitos das crianças, todos têm de respeitar.*

*Tem direito à atenção, direito de não ter medos
Direito a livros e a pão, direito de ter brinquedos.*

*Mas criança também tem, o direito de sorrir.
Correr na beira do mar, ter lápis de colorir...*

*Ver uma estrela cadente, filme que tenha robô,
Ganhar um lindo presente, ouvir histórias do avô.*

*Descer do escorregador, fazer bolha de sabão,
Sorvete, se faz calor, brincar de adivinhação.*

*Morango com chantilly, ver mágico de cartola,
O canto do bem-te-vi, bola, bola, bola, bola!*

*Lamber fundo da panela, ser tratada com afeição
Ser alegre e tagarela, poder também dizer não!*

*Carrinho, jogos, bonecas, montar um jogo de armar,
Amarelinha, petecas, e uma corda de pular.*

Ruth Rocha

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

CNJ	Conselho Nacional de Justiça
CONANDA	Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente
COMDICA	Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente
ECA	Estatuto da Criança e do Adolescente
EEF	Escola de Ensino Fundamental
EF	Ensino Fundamental
EM	Ensino Médio
EMEF	Escola Municipal de Ensino Fundamental
FICAI	Fichas de comunicação de aluno infrequente
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
ONU	Organização das Nações Unidas
RS	Estado do Rio Grande do Sul
SGDCA	Sistema de Garantia de Direitos da Criança e do Adolescente
UNICEF	United Nations International Child Emergency Fund

SUMÁRIO

1.	APRESENTAÇÃO	12
2.	INTRODUÇÃO AOS DIREITOS FUNDAMENTAIS DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES	14
3.	NOTAS METODOLÓGICAS.....	18
3.1	DIVISÃO TERRITORIAL	18
3.2	COLETA E TRATAMENTO DOS DADOS	20
4.	RESULTADOS DA PESQUISA DE PERCEPÇÃO DOS ADOLESCENTES	23
4.1	PERFIL DOS ENTREVISTADOS.....	23
4.2	EIXO DE DIREITO À CONVIVÊNCIA FAMILIAR E COMUNITÁRIA.....	26
4.3	EIXO DE DIREITO À EDUCAÇÃO, ESPORTE, CULTURA E LAZER	27
4.4	EIXO DE DIREITO À PROFISSIONALIZAÇÃO E PROTEÇÃO NO TRABALHO	30
4.5	EIXO DE DIREITO À VIDA E SAÚDE	33
4.6	EIXO DE DIREITO À LIBERDADE, AO RESPEITO E A LIBERDADE	39
4.7	CONSIDERAÇÕES SOBRE A PESQUISA DE PERCEPÇÃO COM OS ADOLESCENTES	43
5.	PESQUISA QUALITATIVA SOBRE A POLÍTICA PÚBLICA E SERVIÇOS NA ÁREA DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE	47
5.1	A PERCEPÇÃO DOS ATORES DO SISTEMA DE GARANTIA DE DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE.....	47
5.2	A PERCEPÇÃO DOS ADOLESCENTES INFREQUENTES E EVADIDOS DO AMBIENTE ESCOLAR	52
5.3	A CORRELAÇÃO DAS PRINCIPAIS FRAGILIDADES NA PERSPECTIVA DOS ATORS SOCIAIS COM OS NÚMEROS E INDICADORES APRESENTADOS.....	56
6.	INTRODUÇÃO AO PLANO DECENAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE.....	59
6.1	PLANO DECENAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE DO MUNICÍPIO DE VERANÓPOLIS.....	62
6.1.1	Acompanhamento, Monitoramento e Avaliação	63
6.1.2	Metodologia para elaboração do Plano Decenal de Veranópolis	64
7.	CONCLUSÃO FINAL.....	78
8.	REFERÊNCIAS.....	80



PARTE I

Contempla a apresentação do Diagnóstico, a introdução aos direitos fundamentais das crianças e dos adolescentes e os principais marcos jurídicos, e ainda as notas metodológicas, que incluem a divisão territorial, e a metodologia de estratificação e aplicação da pesquisa.

1. APRESENTAÇÃO

O Diagnóstico da Realidade Social da Criança e do Adolescente no município de Veranópolis é realizado pela primeira vez e representa um marco na efetivação dos direitos da criança e do adolescente no município. Fruto de iniciativa do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente (COMDICA) e da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social, Habitação e Longevidade, envolvendo os demais atores do Sistema de Garantia de Direitos, tem como principal objetivo subsidiar as instâncias governamentais e não governamentais na formulação e execução assertivas das políticas públicas direcionadas para a infância e adolescência, como forma de aproximar o poder público e a sociedade civil da realidade social na qual elas estão inseridas.

Portanto, este projeto foi idealizado de modo que possa retratar o panorama situacional por território das crianças e adolescentes residentes em Veranópolis, produzidos em dois volumes, ambos organizados a partir dos eixos de direito preconizados pelo Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA).



O primeiro volume contém os dados gerais do município, o mapeamento da rede de atendimento indicadores sociais e estatísticas complementares, a matriz de indicadores e o mapa social de vulnerabilidade, e os projetos de iniciativa governamental e não governamental no tema da criança e do adolescente. O segundo volume contém o resultado das pesquisas de percepção realizada com os adolescentes, cuja compilação almeja desenhar o retrato do perfil na população e do público estudado, as

pesquisas de profundidade com a rede de atendimento e com adolescentes com histórico de infrequência e evasão escolar, e o plano decenal.

Nesta perspectiva, importante se faz primeiramente introduzir o conceito de indicador social, que nas palavras de Jannuzzi (2004, p. 15), pode ser definido como:

[...] uma medida em geral quantitativa dotada de significado social substantivo, usado para substituir, quantificar ou operacionalizar um conceito social abstrato, de interesse teórico (para pesquisa acadêmica) ou programático (para formulação de políticas). É um recurso metodológico, empiricamente referido, que informa algo sobre um aspecto da realidade social ou sobre mudanças que estão se processando na mesma.

Na concepção de Soligo (2012), o crescimento da visibilidade de inúmeras questões sociais - como distribuição de renda, miséria, mortalidade infantil, criminalidade, qualidade da educação, violação de direitos entre outras - reforçam a importância e a necessidade de os dados estatísticos fazerem parte do monitoramento e do planejamento, como subsídio para as ações governamentais e da sociedade civil, o que justifica a necessidade da produção das informações pertinentes neste estudo, como forma também de acompanhar as mudanças da realidade social da população.

Seu conteúdo foi elaborado a partir da coleta e análise de dados fornecidos por instituições municipais que realizam atendimento ao público em epígrafe, de informações secundárias sistematizadas pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), e de pesquisas de percepção realizadas no município com pais, responsáveis, adolescentes e com a rede de atendimento do Sistema de Garantia de Direitos (SGDCA).

Utilizou-se como norte construtivo o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), e demais instrumentos normativos vinculados ao tema, com destaque à Resolução 113/2016 do CONANDA – que trata da implementação e fortalecimento do Sistema de Garantia de Direitos da Criança e do Adolescente (SGDCA) – assim como foram precisamente seguidas as orientações contidas no Edital Tomada de Preços nº 009/2019. Durante o projeto foram realizadas reuniões de alinhamento, das quais participaram membros da Comissão de Acompanhamento Municipal da equipe da Painel Pesquisas e Consultoria e um corpo técnico especializado atuante no município, conferindo à sua elaboração um caráter construtivo e integrativo na concepção e estruturação das diretrizes para sua execução e finalização.

2. INTRODUÇÃO AOS DIREITOS FUNDAMENTAIS DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES

A positivação dos direitos humanos no ordenamento jurídico é fruto de uma trajetória de conquistas históricas. Para José de Farias Tavares (2001), no contexto dos direitos da criança e do adolescente esse movimento não é diferente, tendo como marco a Declaração dos Direitos da Criança (ONU, 1959), que tratou de explicitamente reconhecer a criança e o adolescente como sujeitos de direitos e, por sua condição peculiar de desenvolvimento, merecerem proteção e atenção especializada e prioritária, ao que ficou conhecida como a doutrina da proteção integral.

Segundo o doutrinador, a trajetória evolutiva para tal conquista teve seus primeiros indícios no contexto internacional ainda com a Liga das Nações¹, na Declaração de Genebra de 1924 e de 1933. Outros marcos ainda foram importantes, como a criação da primeira organização internacional voltada especificamente para os cuidados com a infância, a *United Nations Internacional Child Emergency Fund* (UNICEF) em 1946; a Declaração dos Direitos e Deveres do Homem em 1948; a Convenção Americana sobre Direitos Humanos, em 1969.

Esta trajetória culminou com um tratado de monumental importância, a Convenção dos Direitos da Criança assinada em 1989 - mas que iniciou em 1979, declarado o Ano Internacional da Criança - a qual é fundada em três princípios basilares: i) a proteção especial e integral como ser em desenvolvimento, ii) a prioridade em preservar a convivência familiar, por ser este lugar ideal para seu desenvolvimento iii) o comprometimento das nações signatárias da convenção em assegurar tais direitos com prioridade absoluta.

É neste cenário que se inicia a trajetória do reconhecimento de crianças e adolescentes como sujeito de direitos no Brasil. A promulgação da Constituição Federal de 1988 foi um marco no ordenamento jurídico brasileiro, sobretudo por preocupar-se em assegurar direitos fundamentais e essenciais a todos e estabelecer mecanismos para garantir o cumprimento de tais direitos (Machado, 2003). No mesmo espírito de inovação, foram introduzidos ao corpo constitucional aspectos próprios do princípio da proteção integral, através do artigo 227, que os reconhece como sujeitos de direito e como indivíduos em processo de formação, atribuindo como dever da família, da sociedade e do Estado assegurar seus direitos, “além de colocá-los a salvo de toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão.”

¹ Organização Internacional criada em 1919 no contexto pós-guerra destinado à preservação da paz e à resolução dos conflitos internacionais. A liga se dissolveu no ano seguinte a criação da Organização das Nações Unidas em 1945, transferindo a ela suas responsabilidades e competências.

O doutrinador Paulo Afonso Garrido de Paula (2002) organiza a evolução do tratamento da criança e do adolescente no ordenamento jurídico brasileiro em quatro fases distintas. A primeira fase é caracterizada pela absoluta ausência de normas jurídicas específicas que tratam dos interesses de crianças e adolescentes. Já na segunda fase, a de imputação criminal, as legislações passam a mencionar as crianças e adolescentes, porém apenas para tratar de sua responsabilização pela prática de infração penal. Na terceira fase, a do sistema tutelar, há a preocupação com a integração sociofamiliar, em que é concedido ao juiz ampla discricionariedade de atuação, com tutela reflexa de seus interesses pessoais para atuar enquanto representante e no papel de “pai de família”. E por fim, na quarta fase, denominada de fase da proteção integral, é incorporado a legislação nacional um novo modelo de atenção e proteção às crianças e adolescentes, em oposição ao que vigia até então, através da introdução de aspectos próprios da Doutrina de Proteção Integral. É nesta última fase, e dois anos após a promulgação da Constituição Federal, que surge o Estatuto da Criança e do Adolescente, por meio da Lei nº 8.069/1990.

De forma inovadora o Estatuto rompeu obstáculos e se tornou um instrumento de quebra e mudança de paradigma na realidade das crianças e adolescentes perante a sociedade, rompendo com concepção de serem “simples objetos de intervenção no mundo adulto, colocando-os como titulares de direitos comuns a toda e qualquer pessoa, bem como de direitos especiais decorrentes da condição peculiar de pessoas em processos de desenvolvimento”. (Curry; Garrido de Paula; Marçura; 2002, p. 21).

A criação do ECA representa um marco legal e regulatório dos direitos da criança e do adolescente no Brasil, reafirmando o compromisso assumido com a inserção do Artigo 227 na Constituição Federal de 1988 de proteção especial e integral, oferecendo-lhes um novo “status”, a de serem reconhecidos como sujeitos e protagonistas de seus direitos e deveres. Portanto, este instrumento normativo veio para colocar em prática as garantias e direitos positivados, reafirmando o compromisso da família, comunidade, da sociedade em geral e do poder público em garantir com prioridade absoluta “a efetivação dos direitos referentes à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao esporte, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária.” (Artigo 4º do ECA).

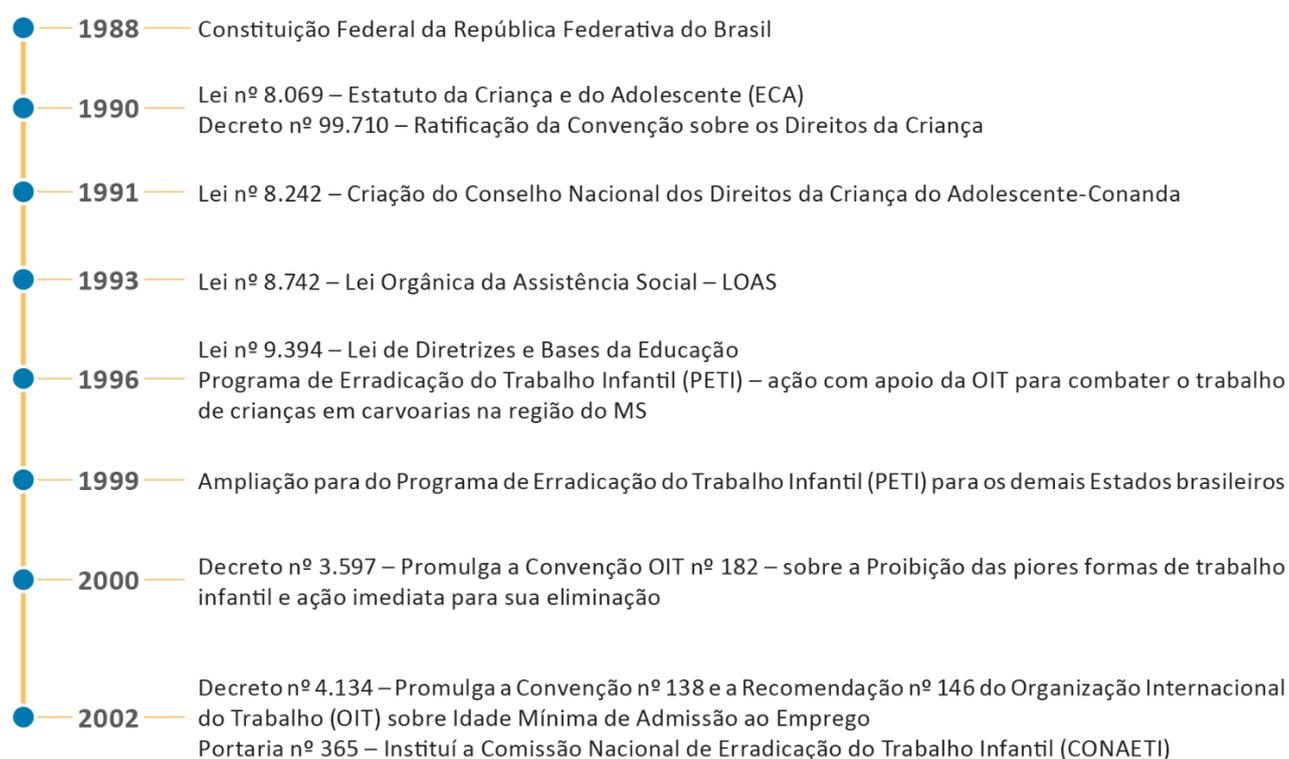
Em seu bojo, fundamenta-se em dois princípios norteadores, o princípio do melhor interesse da criança e do adolescente e o de sua prioridade absoluta na defesa, garantia e promoção de seus direitos fundamentais. Em vários artigos do Estatuto a presença do princípio da proteção integral se mostra visível, como a criação do Conselho Tutelar; a implantação do Sistema de Garantia de Direitos da Criança e do Adolescente (SGDCA), com objetivo de efetivar e assegurar a operacionalização de seus direitos; o direito a dignidade e ao respeito, protegendo o direito de imagem, a identidade, intimidade e vida privada da criança e do adolescente envolvidos na prática de ato infracional; a tratativa das medidas de proteção e medidas socioeducativas; e inúmeros outros dispositivos.

Além disso, ao longo do Estatuto são estruturados dispositivos para tratar da operacionalização de ações e políticas públicas a partir de cinco eixos de direitos – o qual serviu para estruturar a organização dos capítulos e apresentação deste Diagnóstico – quais sejam: i) vida e saúde; ii) educação, à cultura, esporte e lazer; iii) dignidade, respeito e liberdade; iv) convivência familiar e comunitária; v) profissionalização e a proteção no trabalho.

A atribuição, o compromisso e a responsabilidade do poder público em garantir tais direitos vai além do seu reconhecimento e positividade no âmbito jurídico, pois sua efetivação compreende a elaboração e execução de políticas públicas assertivas. Neste intento, em 1991 foi criado o Conselho Nacional dos Direitos da Criança do Adolescente (CONANDA), por meio da Lei nº 8.242/91. Os Conselhos de Direito - seja no âmbito nacional, estadual ou municipal – são órgãos paritários, ou seja, são formados por representantes do governo e da sociedade civil, e ocupam um lugar fundamental na materialização dos direitos via políticas públicas (CNJ, 2016).

A igualdade de todos, princípio este fundamental positivado no artigo 5º da Constituição Federal de 1988, é efetivada através do olhar para as diferenças de forma equitativa. Assim, leis e políticas públicas não podem estar alheias à realidade das crianças e adolescentes – atentando-se principalmente para as diferenças individuais, culturais e sociais dentro do território - razão pelo qual a realização deste Diagnóstico é de suma importância, e portanto, sociedade civil e Estado devem empregar esforços para que as informações aqui produzidas gerem resultados, através da articulação e o do desdobramento de ações capazes de oportunizar a transformação da realidade social das crianças e adolescentes de modo a intentar minimizar os contrastes e desigualdades econômicas e sociais progressivamente.

Linha do tempo dos marcos jurídicos no tema dos direitos fundamentais de crianças e adolescentes



-
- 2004** — Lei nº 10.836 – Criação do Programa Bolsa Família
Decreto nº 5.007 – Protocolo Facultativo a Convenção sobre os Direitos da Criança referente à venda de criança, a prostituição infantil e a pornografia infantil
Decreto nº 5.015 – Promulga a Convenção das Nações Unidas contra o Crime Organizado Transnacional
Decreto nº 5.017 – Promulga o Protocolo Adicional à Convenção das Nações Unidas contra o Crime Organizado Transnacional Relativo à Prevenção, Repressão e Punição do Tráfico de Pessoas, em Especial Mulheres e Crianças
- 2005** — Instituição do Sistema Único de Assistência Social (SUAS)
Portaria GM/MDS nº 666 – Integração entre o Programa Bolsa Família (PBF) e o Programa de Erradicação do Trabalho Infantil (PETI)
- 2006** — Resolução Conanda nº 113 – Institucionalização e fortalecimento do Sistema de Garantia dos Direitos da Criança e do Adolescente
Decreto nº 5.948 – Aprova a Política Nacional de Enfretamento ao Tráfico de Pessoas
- 2008** — Lei nº 11.829 – Combate à produção, venda e distribuição de pornografia infantil e pedofilia na internet
Lei nº 11.692 – Projovem
Decreto nº 6.481 – Trata da proibição das piores formas de trabalho infantil e da ação imediata para sua eliminação
- 2009** — Res. CIT nº 7 – Protocolo de Gestão Integrada de Serviços, Benefícios e Transferências de Renda
- 2011** — Sem Miséria
Lei nº 12.513 – Pronatec
Lei nº 12.435 – Regulamenta o Sistema Único de Assistência Social, com a integração do PETI na Política de Assistência Social
Res. Conanda nº 148 – Plano Nacional de Prevenção e Erradicação do Trabalho Infantil e Proteção ao Adolescente Trabalhador
- 2013** — Reordenamento do Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (SCFV) incluindo o atendimento de crianças e adolescentes em situação de trabalho
Res. Conanda nº 159 – Participação de crianças e adolescente em espaços de discussão sobre os seus direitos
Lei nº 12.933 – Benefício de meia-entrada em espetáculos artístico-culturais e esportivos
- 2014** — Redesenho do Programa de Erradicação do Trabalho Infantil (PETI)
Lei nº 13.010 – Estabelece o direito da criança e do adolescente de serem educados e cuidados sem o uso de castigos físicos ou tratamento cruel ou degradante
- 2015** — Dec. nº 8.537 – Estatuto da Juventude: meia-entrada em eventos culturais e esportivos para estudantes e jovens de baixa renda e a reserva de vagas no transporte interestadual para jovens de baixa renda
- 2019** — III Plano Nacional de Prevenção e Erradicação do Trabalho Infantil e Proteção ao Adolescente Trabalhador

3. NOTAS METODOLÓGICAS

Este é o segundo de dois volumes que integram a coletânea do O Diagnóstico da Realidade Social da Criança e do Adolescente do município de Veranópolis, em que serão apresentados a pesquisa de percepção com adolescentes, a pesquisa em profundidade com a rede de atendimento do SGDCA, com adolescentes com histórico de evasão e infrequência escolar, e o Plano Decenal.

Adiante serão apresentadas e detalhadas as notas metodológicas referentes às etapas que embasaram a elaboração deste Volume, como a divisão territorial, a identificação e mapeamento da rede de atendimento, a coleta, o tratamento e a padronização dos dados coletados, as técnicas estatísticas utilizadas na análise e a forma de apresentação dos resultados.

3.1 DIVISÃO TERRITORIAL

A definição do território para fins do diagnóstico é a primeira etapa do projeto, e sua organização é de suma importância, já que os dados coletados serão compilados e posteriormente apresentados na forma de indicadores e análises complementares a partir de um comparativo das regiões geográficas definidas pela territorialização.

Ressalta-se que um diagnóstico sério, conciso e capaz de produzir resultados transformativos para o subsídio e direcionamento assertivo de políticas públicas, requer uma metodologia de execução que contemple a territorialização pautada na realidade social do município, já que os dados obtidos apenas pela média municipal mascaram as diferenças sociais e econômicas existentes entre os bairros e áreas rurais, limitando e engessando as ações do poder público.

Considerando que a principal fonte para estudos e pesquisas do Brasil é o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), órgão público responsável pela gestão de geociências, estatísticas sociais, demográficas e econômicas do país - cuja sistematização e divulgação de seus dados oficiais é organizada por setor censitário² - a divisão territorial de Veranópolis foi estruturada a partir dos bairros e localidades, respeitando a delimitação geográfica dos setores censitários do IBGE.

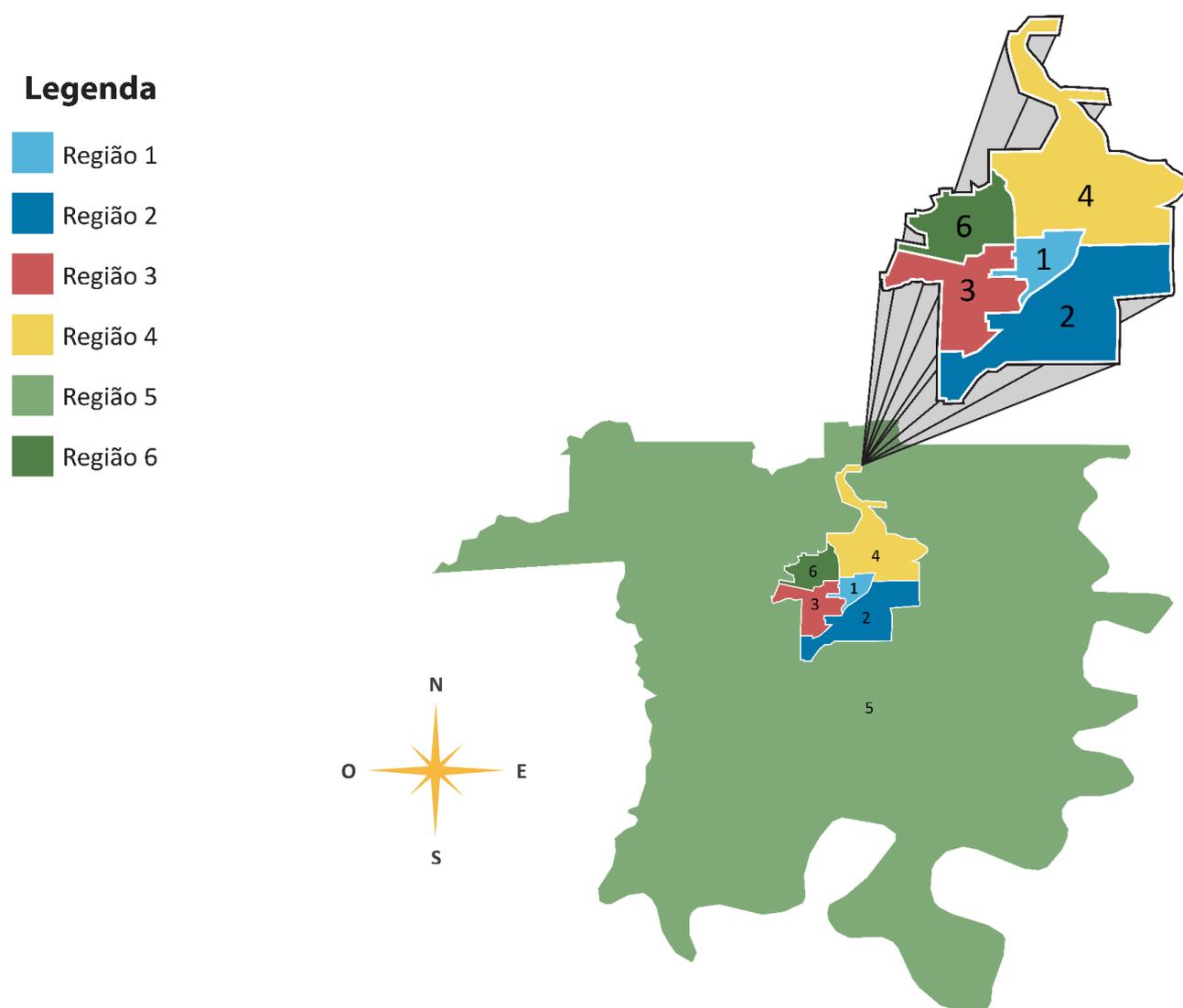
Com o auxílio da Comissão de Acompanhamento do Diagnóstico e técnicos da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social, Habitação e Longevidade, a divisão territorial para fins do Diagnóstico, resultou em seis unidades geográficas descritas a seguir.³

² Setor Censitário é unidade territorial de coleta das operações censitárias, definido pelo IBGE, com limites físicos identificados, em áreas contínuas e respeitando a divisão político-administrativa do Brasil (IBGE, 2019).

³ Os setores censitários das unidades geográficas serão apresentados no Apêndice 1.

Quadro 1: Classificação das unidades geográficas do município

Região Geográfica	Principais Bairros ou Localidades
Região 1	Centro
Região 2	Renovação, Medianeira, Medianeira 3, Sagrado Coração de Jesus, Vila Azul, Distrito Industrial
Região 3	Pôr do Sol, Santa Lúcia, Santo Antônio, Santa Rita
Região 4	Valverde, Palugana, São Francisco, São Pelegrino, Universal, Sapopema,
Região 5	Região Rural e demais setores
Região 6	Femaçã

Figura 1: Visão geral da divisão territorial das regiões do município

3.2 COLETA E TRATAMENTO DOS DADOS

Para a construção deste Diagnóstico foram coletados dados primários e secundários⁴ do período de 2018. Ressalta-se que o ano de informação, assim como a fonte de dados, estará sempre referenciado ao final de cada tabela.

O quadro 2 mostra a catalogação dos dados coletados para edição deste volume.

Quadro 2: Catalogação dos dados utilizados

Pesquisa quantitativa de percepção	<i>Pesquisa quantitativa de percepção aplicada nas escolas com adolescentes de 12 a 17 anos residentes no município</i>
Pesquisa qualitativa de percepção	<i>Pesquisa em profundidade com os técnicos da rede de atendimento do SGDCA</i>
	<i>Pesquisa em profundidade com adolescentes infrequentes e evadidos do sistema escolar</i>

- **Pesquisa Quantitativa**

A pesquisa de percepção de caráter quantitativo compreende dados coletados pela Painel Pesquisas e Consultoria para investigar o perfil dos adolescentes do município, cujo planejamento e aprovação do instrumental foi realizado em conjunto com a Comissão de Acompanhamento Municipal do Diagnóstico, considerando as diretrizes do termo de referência do edital convocatório e das discricionariedades do instrumento contratual. O plano amostral, detalhado no quadro abaixo, priorizou a estratificação por região territorial e amostragem aleatória, método ideal para investigar a população em que se pressupõe a presença de diferentes características por estrato amostral.

Quadro 3: Plano amostral da Pesquisa de Percepção

Pesquisa	Descrição
Método	Quantitativo
Universo	Residentes na faixa etária de 12 a 17 anos
Unidade amostral	Pessoa com idade 12 a 17 anos
Amostragem	Aleatória
Estratificação	Região e faixa etária
Tamanho da amostra realizada	352
Erro amostral	5,0%
Confiança	95%

A referida pesquisa tem como principal objetivo a participação do público alvo deste estudo, de modo a identificar o perfil e evidenciar a percepção dos adolescentes em relação aos temas de interesse

⁴ Primários são dados brutos obtidos coletados pela Painel Pesquisas junto aos entes públicos e instituições que compõem o mapeamento da rede de atendimento do município, sendo que muitas delas encontram-se em fichas físicas. E secundários são dados já coletados, organizados, sistematizados e disponibilizados por órgãos e entidades oficiais, como o IBGE, DATASUS, entre outros.

deste Diagnóstico. Desta forma, o questionário foi formatado a partir dos cinco eixos de direito do Estatuto da Criança e do Adolescente, com perguntas que permitem a investigação do convívio familiar, perspectiva de futuro, trabalho, dignidade, aspectos nas áreas de educação, esporte, cultura, lazer entre outros.

As entrevistas foram realizadas no período de 30 de julho à 08 de agosto de 2019, nas escolas da rede pública estadual e municipal e da rede privada, respeitando os critérios de estratificação da amostra por região. Os adolescentes foram abordados diretamente pelos pesquisadores - estes devidamente identificados e treinados para atuar com base nos princípios de neutralidade, confidencialidade e sigilo das informações – e convidados a responder ao questionário de forma online e interativa.

Previamente à análise, foi realizada a validação dos dados coletados de modo a excluir pesquisas com registros incompletos, com erros ou com qualquer outro tipo de inconsistência ou viés que pudessem comprometer a qualidade dos dados. O tratamento e a padronização foram realizados a partir da *expertise* de trabalho desenvolvido pela Painel Pesquisas e Consultoria.

- **Pesquisa Qualitativa**

Com objetivo de estimular os atores locais a participar do processo de construção do Diagnóstico - por meio da análise conjunta da realidade sob a perspectiva humana e dos números levantados - foram realizadas pesquisas qualitativas, por meio de rodas de conversas, como forma de estimular o diálogo colaborativo dos participantes. A escolha deste critério de investigação fundamenta-se no objetivo proposto, o de conhecer realidade do município sem limitar-se ou contrapor os números quantitativos apresentados, mas como forma de complementar e enriquecer este estudo.

Segundo Minayo (2004) em função do cunho essencialmente valorativo desta abordagem, a amostra em relação ao número de grupos ou de entrevistados não é o foco principal, já que este método se preocupa em estudar e compreender de modo subjetivo as particularidades e experiências individuais - os sentimentos, valores, ideologias e motivações – que permeiam os entrevistados e traçam a sua visão de mundo em relação aos pontos pesquisados.

Por isso, a escolha dos temas, assim como a organização dos grupos e a construção do instrumental orienta-se a partir dos resultados apresentados pelos indicadores e estatísticas complementares, apresentados no Volume I, cuja análise fomenta questionamentos que não podem ser respondidos pela mensuração ou consolidação de números e requerem um viés interpretativo e investigativo.



PARTE II

Contempla os resultados da pesquisa de percepção realizada com adolescentes, com a apresentação do perfil e demais temas investigados, organizados a partir dos eixos de direito fundamentais do Estatuto da Criança e do Adolescente, e suas considerações.

4. RESULTADOS DA PESQUISA DE PERCEÇÃO DOS ADOLESCENTES

Neste capítulo serão apresentados os resultados da pesquisa de percepção realizada nas escolas com os adolescentes na idade de 12 a 17 anos residentes no município. A metodologia de aplicação e estratificação territorial estão descritas na Parte I, no capítulo que trata das notas metodológicas.

4.1 PERFIL DOS ENTREVISTADOS

No perfil dos entrevistados destaca-se que 53,7% são do sexo masculino e apenas 5,7% (20) declararam ter alguma deficiência, sendo citadas com maior frequência a visual (9); intelectual (6); e, física ou motora (5).

Tabela 1: Sexo

Sexo	Citações	(%)
Feminino	161	45,7%
Masculino	189	53,7%
Não informado	2	0,6%
Total Geral	352	100,0%

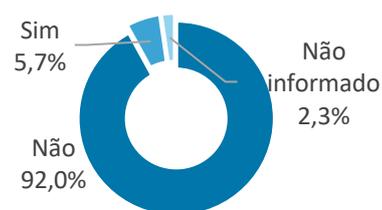
Fonte: Painel Pesquisas e Consultoria, 2019



Tabela 2: Declaração se possui algum tipo de deficiência

Possui deficiência	Citações	(%)
Não	324	92,0%
Sim	20	5,7%
Não informado	8	2,3%
Total Geral	352	100,0%

Fonte: Painel Pesquisas e Consultoria, 2019



Analisando o total de entrevistados segundo a distribuição por idade, tem-se percentuais próximos, que mostram uma boa representatividade da faixa etária de 12 a 17, sendo que as idades que tiveram a menor participação com 14,8% da amostra, foi a de 12 e 16 anos, e a idade que mais participou com 20,7%, foi a de 15 anos.

Tabela 3: Idade declarada

Faixa etária	Citações	(%)
12	52	14,8%
13	60	17,0%
14	57	16,2%
15	73	20,7%
16	52	14,8%
17	53	15,1%
Não informado	5	1,4%
Total Geral	352	100,0%

Fonte: Painel Pesquisas e Consultoria, 2019

Ainda no perfil, 88,4% dos entrevistados declararam ser heterossexuais e 1,4% ter filhos.

Tabela 4: Orientação sexual declarada

Orientação Sexual	Citações	(%)
Heterossexual	311	88,4%
Bissexual	34	9,7%
Homossexual	5	1,4%
Não informado	2	0,6%
Total Geral	352	100,0%

Fonte: Paineis Pesquisas e Consultoria, 2019

Tabela 5: Entrevistados com filhos

Possui filhos	Citações	(%)
Não	337	95,7%
Sim	5	1,4%
Não informado	10	2,8%
Total Geral	352	100,0%

Fonte: Paineis Pesquisas e Consultoria, 2019



Distribuída por região, a amostra tem o maior percentual de entrevistados da Região 2 (23,3%). Com o menor percentual a Região 5 (1,4%). Dos 352 entrevistados 6 deles informaram locais de moradia que não foram identificados.

Tabela 6: Entrevistados por região

Região	Citações	(%)
Região 1	74	21,0%
Região 2	82	23,3%
Região 3	80	22,7%
Região 4	65	18,5%
Região 5	40	11,4%
Região 6	5	1,4%
Não informado	6	1,7%
Total Geral	352	100,0%

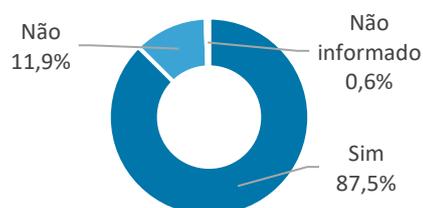
Fonte: Paineis Pesquisas e Consultoria, 2019

Foi perguntado aos entrevistados se eles gostam de morar no município e a grande maioria de 87,5% afirmou que sim.

Tabela 7: Avaliação sobre gostar de morar no município

Gosta de morar no Município	Citações	(%)
Sim	308	87,5%
Não	42	11,9%
Não informado	2	0,6%
Total Geral	352	100,0%

Fonte: Paineis Pesquisas e Consultoria, 2019



Dos entrevistados que declararam não gostar de morar no município (11,9%), 33,3% informaram ter poucas opções de lazer, 28,6% não opinou, e ainda outros 14,3% responderam que têm poucas oportunidades de trabalho e estudo.

Tabela 8: Motivo por não gostar de morar no município

Motivos	Citações	(%)
Poucas opções de lazer	14	33,3%
Não informado	12	28,6%
Poucas oportunidades de trabalho e estudo	6	14,3%
Muito preconceito, fofoca e desigualdades	4	9,5%
Gostaria de morar em outra cidade	3	7,1%
Falta de segurança	2	4,8%
Cidade muito movimentada	1	2,4%
Mudei recentemente e não me adaptei	1	2,4%
Respondente*	42	-

Fonte: Painel Pesquisas e Consultoria, 2019

*Os entrevistados poderiam escolher mais de uma opção de resposta

Sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente, 57,4% dos entrevistados declararam não ter conhecimento, dos quais 60,4% afirmaram nunca ter visto o Estatuto.

Tabela 9: Conhecimento do ECA

Conhece o ECA	Citações	(%)
Não	202	57,4%
Sim	149	42,3%
Não informado	1	0,3%
Total Geral	352	100,0%

Fonte: Painel Pesquisas e Consultoria, 2019

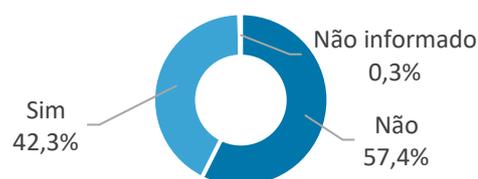


Tabela 10: Motivo por não conhecer o ECA

Motivo	Citações	(%)
Nunca vi um ECA	122	60,4%
Li uma vez, mas esqueci	34	16,8%
Uma vez vi um ECA, mas não li	29	14,4%
Não informado	17	8,4%
Total Geral	202	100,0%

Fonte: Painel Pesquisas e Consultoria, 2019

Quanto ao conhecimento sobre o Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, dos 352 entrevistados, 225 relatam que não conhecem o Conselho, representando 63,9%.

Tabela 11: Conhecimento do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente

Conhece o COMDICA	Citações	(%)
Não	225	63,9%
Sim	118	33,5%
Não informado	9	2,6%
Total Geral	352	100,0%

Fonte: Painel Pesquisas e Consultoria, 2019

4.2 EIXO DE DIREITO À CONVIVÊNCIA FAMILIAR E COMUNITÁRIA

Mais de 90% dos entrevistados declararam se sentir acolhido e bem cuidado pela família "sempre" ou "quase sempre". Quando questionados sobre os assuntos conversados em família, os temas de saúde (58,8%) e drogas (46,6%) são os mais citados. Por outro lado, 20,5% informaram não conversar sobre nenhum dos assuntos.

Tabela 12: Avaliação do entrevistado sobre sentir-se bem cuidado e acolhido na sua casa

Frequência	Citações	(%)
Nunca	1	0,3%
Quase nunca	6	1,7%
Às vezes	21	6,0%
Quase sempre	51	14,5%
Sempre	272	77,3%
Não sei responder	1	0,3%
Total Geral	352	100,0%

Fonte: Painel Pesquisas e Consultoria, 2019

Tabela 13: Assuntos conversados em família

Temas	Citações	(%)
Saúde	207	58,8%
Drogas	164	46,6%
Violências	134	38,1%
Sexualidade	116	33,0%
Preconceito	113	32,1%
Não é conversado sobre nenhum destes assuntos	72	20,5%
Não informado	4	1,1%
Total Geral	352	-

Fonte: Painel Pesquisas e Consultoria, 2019

*Os entrevistados poderiam escolher mais de uma opção de resposta

Dos entrevistados, 52,8% informaram participar de grupos sociais e comunitários, cuja maior concentração de participação está nas Regiões 3 (61,3%), 2 (54,9%) e 1 (54,1%).

Tabela 14: Participação em grupos sociais por região

Região	Sim, participa		Não participa		Não informado		Total	
	Quant.	(%)	Quant.	(%)	Quant.	(%)	Quant.	(%)
Região 1	40	54,1%	34	45,9%		0,0%	74	100,0%
Região 2	45	54,9%	36	43,9%	1	1,2%	82	100,0%
Região 3	49	61,3%	29	36,3%	2	2,5%	80	100,0%
Região 4	28	43,1%	37	56,9%		0,0%	65	100,0%
Região 5	20	50,0%	20	50,0%		0,0%	40	100,0%
Região 6	1	20,0%	4	80,0%		0,0%	5	100,0%
Não informado	3	50,0%	3	50,0%		0,0%	6	100,0%
Total Geral	186	52,8%	163	46,3%	3	0,9%	352	100,0%

Fonte: Painel Pesquisas e Consultoria, 2019

Observando os grupos com maior participação por tipo, destaca-se os esportivos (44,6%) e religiosos (27,4%).

Tabela 15: Tipo de grupo social que participa

Grupo social	Citações	(%)
Esportivo	83	44,6%
Religioso	51	27,4%
Jogos	32	17,2%
Cultural	29	15,6%
Musical/Banda	23	12,4%
Político	14	7,5%
Outro	6	3,2%
Escotismo	6	3,2%
Respondente*	186	-

Fonte: Painel Pesquisas e Consultoria, 2019

*Os entrevistados poderiam escolher mais de uma opção de resposta

4.3 EIXO DE DIREITO À EDUCAÇÃO, ESPORTE, CULTURA E LAZER

Sobre as opções para lazer e diversão que mais sentem falta no município, o cinema é a opção mais citada pelos entrevistados (76,7%), seguida dos parques (33,5%), e quadras de esportes (18,2%). Veranópolis não possui sala de cinema, o que significa que os adolescentes e famílias veranenses precisam deslocar-se até municípios vizinhos.

Tabela 16: Atividade de lazer desenvolvida pelos entrevistados

Opções lazer	Citações	(%)
Cinema	270	76,7%
Parques	118	33,5%
Quadra de esporte	64	18,2%
Praças	48	13,6%
Campo de futebol	46	13,1%
Pista de skate	23	6,5%
Shopping	14	4,0%
Não informado	8	2,3%
Pista de motocross/bicicleta	4	1,1%
Lugar para jogos	2	0,6%
Festas ou casas noturnas	2	0,6%
Total Geral	352	-

Fonte: Painel Pesquisas e Consultoria, 2019

*Os entrevistados poderiam escolher mais de uma opção de resposta

Os entrevistados foram abordados sobre o interesse de participar de cursos e oficinas por tipo. A tabela 16 traça um panorama por área de interesse, em que é possível perceber que as atividades esportivas (38,9%) e cursos profissionalizantes (34,9%) são as mais citadas como interesse de participação. Apenas 2,6% dos entrevistados citaram ter interesse em outras oficinas ou projetos, como artesanato (6), artes, desenho e teatro. Nas tabelas abaixo as áreas de interesse serão detalhadas por tipo e modalidade.

Tabela 17: Pretensão em realizar cursos ou oficinas por área de interesse

Pretensão	Aulas de luta		Aulas de instrumentos musicais		Aulas de atividades esportivas		Curso profissionalizante		Aula de canto		Curso de informática		Outras oficinas ou projetos de interesse	
	Cit.	(%)	Cit.	(%)	Cit.	(%)	Cit.	(%)	Cit.	(%)	Cit.	(%)	Cit.	(%)
Não	249	70,7%	262	74,4%	215	61,1%	229	65,1%	308	87,5%	232	65,9%	343	97,4%
Sim	103	29,3%	90	25,6%	137	38,9%	123	34,9%	44	12,5%	95	27,0%	9	2,6%
Não informado	0	0,0%	0	0,0%	0	0,0%	0	0,0%	0	0,0%	25	7,1%	0	0,0%
Total Geral	352	100,0%	352	100,0%	352	100,0%	352	100,0%	352	100,0%	352	100,0%	352	100,0%

Fonte: Painel Pesquisas e Consultoria, 2019

*Os entrevistados poderiam escolher mais de uma opção de resposta

Tabela 18: Detalhamento das citações de pretensão de realizar outros cursos ou oficinas, por tipo

Tipo de curso	Citações	(%)
Artesanato	6	66,7%
Artes	6	66,7%
Desenho	2	22,2%
Teatro	2	22,2%
Total Geral	9	-

Fonte: Painel Pesquisas e Consultoria, 2019

*Os entrevistados poderiam escolher mais de uma opção de resposta

A modalidade de luta mais citada é o *muay thai* com 26,2% das citações.

Tabela 19: Pretensão em realizar aulas de luta, por modalidade

Atividades	Citações	(%)
<i>Muay thai</i>	27	26,2%
Boxe	19	18,4%
Não informado	19	18,4%
Karatê	16	15,5%
Defesa pessoal	9	8,7%
Jiu jitsu	8	7,8%
Capoeira	7	6,8%
Kickboxing	5	4,9%
Taekwondo	4	3,9%
Krav magá	3	2,9%
Kung fu	2	1,9%
Judô	2	1,9%
Total Geral	103	100,0%

Fonte: Painel Pesquisas e Consultoria, 2019

*Os entrevistados poderiam escolher mais de uma opção de resposta

Em relação às aulas de instrumentos musicais, o instrumento mais citado é o violão (43,3%).

Tabela 20: Pretensão em realizar aulas de instrumentos musicais, por tipo

Instrumento musical	Citações	(%)
Violão	39	43,3%
Piano	18	20,0%
Bateria	13	14,4%
Não informado	13	14,4%
Guitarra	10	11,1%
Teclado	7	7,8%
Gaita	5	5,6%
Violino	2	2,2%
Pandeiro	2	2,2%
Saxofone	1	1,1%
Acordeon	1	1,1%
Flauta	1	1,1%
Cavaquinho	1	1,1%
Ukelele	1	1,1%
Agogó	1	1,1%
Sopro	1	1,1%
Percussão	1	1,1%
Instrumentos clássicos	1	1,1%
Total Geral	90	-

Fonte: Painel Pesquisas e Consultoria, 2019

*Os entrevistados poderiam escolher mais de uma opção de resposta

Nas atividades esportivas se sobressai o futebol citado por 45,3% e em seguida o vôlei citado por 19,0%.

Tabela 21: Pretensão em realizar atividades esportivas, por modalidade

Modalidade	Citações	(%)
Futebol	62	45,3%
Volei	26	19,0%
Não informado	21	15,3%
Futsal	16	11,7%
Dança	13	9,5%
Basquete	11	8,0%
Atletismo	7	5,1%
Ginástica	4	2,9%
Handebol	3	2,2%
Natação	2	1,5%
Beisebol	1	0,7%
Equitação	1	0,7%
Dardo	1	0,7%
Academia	1	0,7%
Futebol americano	1	0,7%
Total Geral	137	-

Fonte: Painel Pesquisas e Consultoria, 2019

*Os entrevistados poderiam escolher mais de uma opção de resposta

Na área de cursos profissionalizantes 35,0% não informou nenhum curso. Dos cursos citados destacou-se administração com 13,8% e mecânica com 8,9%.

Tabela 22: Pretensão em realizar cursos profissionalizantes, por tipo

Curso	Citações	(%)
Não informado	43	35,0%
Administração	17	13,8%
Mecânica	11	8,9%
Jogos (games) e youtube	9	7,3%
Línguas Estrangeiras	8	6,5%
Industrial	5	4,1%
Gastronomia	5	4,1%
Massoterapia	4	3,3%
Corte e costura	2	1,6%
Artesanato	2	1,6%
Pré vestibular	2	1,6%
Design de interiores	2	1,6%
Desenho mecânico	2	1,6%
Culinária	2	1,6%
Eletrônica	2	1,6%
Pedagogia	2	1,6%
Enfermagem	2	1,6%
Finanças	2	1,6%
Manicure	2	1,6%
Recursos humanos	1	0,8%
Maquiagem	1	0,8%
Industrial	1	0,8%
Área industrial	1	0,8%
Psicologia	1	0,8%
Eletricista	1	0,8%
Gestão Ambiental	1	0,8%
Mecânica automotiva	1	0,8%
Matemática financeira	1	0,8%
Contabilidade	1	0,8%
Total Geral	123	-

Fonte: Painel Pesquisas e Consultoria, 2019

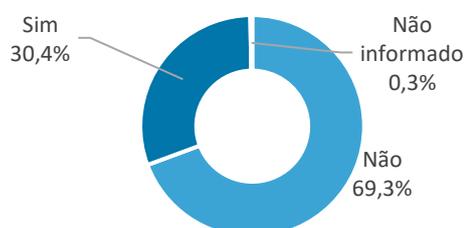
*Os entrevistados poderiam escolher mais de uma opção de resposta

4.4 EIXO DE DIREITO À PROFISSIONALIZAÇÃO E PROTEÇÃO NO TRABALHO

30,4% dos entrevistados afirmaram realizar alguma atividade de trabalho.

Tabela 23: Entrevistados que trabalham

Realiza atividade de trabalho	Citações	(%)
Não	244	69,3%
Sim	107	30,4%
Não informado	1	0,3%
Total Geral	352	100,0%



Fonte: Painel Pesquisas e Consultoria, 2019

Dos entrevistados que afirmaram trabalhar, 36,4% tem contrato de menor aprendiz e 30,8% não possuem registro formalizado. Destaca-se ainda a predominância do setor de serviços (37,4%) o trabalho para terceiros, que não seja parente ou familiar (64,5%).

Tabela 24: Forma de trabalho

Tipo de contrato	Citações	(%)
Aprendiz	39	36,4%
Sem contrato de trabalho	33	30,8%
Estágio	14	13,1%
Contrato de trabalho assinado	12	11,2%
Não sei responder	9	8,4%
Total Geral	107	100,0%

Fonte: Painel Pesquisas e Consultoria, 2019

Tabela 25: Setor do trabalho que realiza

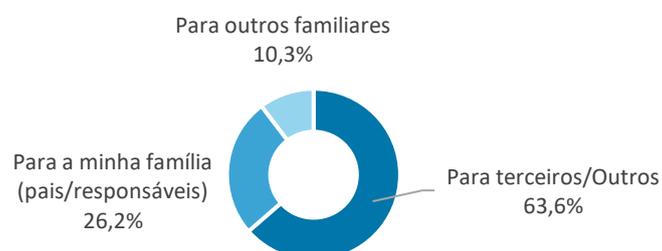
Setor	Citações	(%)
Serviços	40	37,4%
Industria	26	24,3%
Comércio	22	20,6%
Agricultura	16	15,0%
Outro	3	2,8%
Total Geral	107	100,0%

Fonte: Painel Pesquisas e Consultoria, 2019

Tabela 26: Para quem realiza o trabalho

Para quem	Citações	(%)
Para terceiros/Outros	68	63,6%
Para a minha família (pais/resp.)	28	26,2%
Para outros familiares	11	10,3%
Total Geral	107	100,0%

Fonte: Painel Pesquisas e Consultoria, 2019



O principal motivo de trabalho citado foi “ter meu dinheiro” (64,5%) e 41,1% afirmou que teria pretensão ou interesse de realizar outra atividade no local de trabalho.

Tabela 27: Motivo de realizar o trabalho

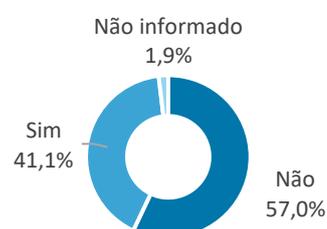
Motivos	Citações	(%)
Ter meu dinheiro	69	64,5%
Ajudar a família	36	33,6%
Ter uma ocupação	7	6,5%
Porque gosto	1	0,9%
Total Geral	107	-

Fonte: Painel Pesquisas e Consultoria, 2019

Tabela 28: Pretensão em realizar outra atividade no local do trabalho

Pretensão	Citações	(%)
Não	61	57,0%
Sim	44	41,1%
Não informado	2	1,9%
Total Geral	107	100,0%

Fonte: Painel Pesquisas e Consultoria, 2019



Analisando o perfil dos entrevistados sob a perspectiva do trabalho, em relação ao sexo, o masculino é o que mais trabalha, com 36,0%, enquanto no feminino este percentual é de 23,6%

Tabela 29: Situação de trabalho por sexo

Sexo	Não		Sim		Não informado		Total	
	Citações	(%)	Citações	(%)	Citações	(%)	Citações	(%)
Feminino	122	75,8%	38	23,6%	1	0,6%	161	100,0%
Masculino	121	64,0%	68	36,0%	-	0,0%	189	100,0%
Não informado	1	50,0%	1	50,0%	-	0,0%	2	100,0%
Total Geral	244	69,3%	107	30,4%	1	0,3%	352	100,0%

Painel Pesquisas e Consultoria, 2019

Em relação a idade, a maior predominância de realizar atividade de trabalho está na faixa de 16 e 17 anos, com respectivamente 48,1% e 71,7%. Destaca-se ainda que 18,8% dos entrevistados na idade de 12 e 13 afirmou realizar atividade de trabalho, o que merece ser investigado, já que nesta idade o trabalho é proibido pela legislação.

Tabela 30: Situação de trabalho por idade

Idade	Não		Sim		Não informado		Total	
	Citações	(%)	Citações	(%)	Citações	(%)	Citações	(%)
12	49	94,2%	2	3,8%	1	1,9%	52	100,0%
13	51	85,0%	9	15,0%	-	0,0%	60	100,0%
14	44	77,2%	13	22,8%	-	0,0%	57	100,0%
15	55	75,3%	18	24,7%	-	0,0%	73	100,0%
16	27	51,9%	25	48,1%	-	0,0%	52	100,0%
17	15	28,3%	38	71,7%	-	0,0%	53	100,0%
Não informado	3	60,0%	2	40,0%	-	0,0%	5	100,0%
Total Geral	244	69,3%	107	30,4%	1	0,3%	352	100,0%

Fonte: Painel Pesquisas e Consultoria, 2019

A Região com maior concentração de entrevistados que declararam realizar atividade de trabalho foi a Região 5, com 37,5%. A menor foi a Região 1 com 24,3%.

Tabela 31: Situação de trabalho por região de residência

Região	Não		Sim		Não informado		Total	
	Citações	(%)	Citações	(%)	Citações	(%)	Citações	(%)
Região 1	56	75,7%	18	24,3%	-	0,0%	74	100,0%
Região 2	54	65,9%	28	34,1%	-	0,0%	82	100,0%
Região 3	56	70,0%	24	30,0%	-	0,0%	80	100,0%
Região 4	44	67,7%	20	30,8%	1	1,5%	65	100,0%
Região 5	25	62,5%	15	37,5%	-	0,0%	40	100,0%
Região 6	4	80,0%	1	20,0%	-	0,0%	5	100,0%
Não informado	5	83,3%	1	16,7%	-	0,0%	6	100,0%
Total Geral	244	69,3%	107	30,4%	1	0,3%	352	100,0%

Fonte: Painel Pesquisas e Consultoria, 2019

Percebe-se que há correlação na variação do percentual de participação em grupos sociais com a realização de atividade de trabalho. Nos entrevistados que não trabalham a participação em grupo social é de 38,7%, enquanto a participação daqueles que trabalham cai para 23,1%.

Tabela 32: Situação de trabalho por participação em grupo social

Participação em grupo social	Não		Sim		Não informado		Total	
	Citações	(%)	Citações	(%)	Citações	(%)	Citações	(%)
Sim, participa	143	76,9%	43	23,1%	-	0,0%	186	100,0%
Não participa	99	60,7%	63	38,7%	1	0,6%	163	100,0%
Não informado	2	66,7%	1	33,3%	-	0,0%	3	100,0%
Total Geral	244	69,3%	107	30,4%	1	0,3%	352	100,0%

Fonte: Painel Pesquisas e Consultoria, 2019

4.5 EIXO DE DIREITO À VIDA E SAÚDE

Inicia-se a análise do eixo vida e saúde com o tema sexualidade. No município os amigos e as mães praticamente empataram no quesito de pessoas com quem os adolescentes conversam sobre sexo, ambos com aproximadamente 42% das citações. Por outro lado, 27,0% declararam não conversar sobre o assunto.

Tabela 33: Pessoa com quem conversa sobre sexo

Vínculo	Citações	(%)
Amigos	150	42,6%
Mãe	149	42,3%
Não conversa	95	27,0%
Pai	65	18,5%
Namorado(a)	53	15,1%
Outros	28	8,0%
Total Geral	352	-

Fonte: Painel Pesquisas e Consultoria, 2019

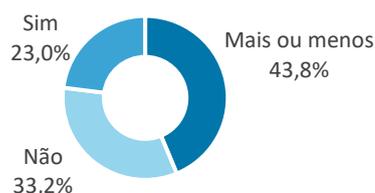
*Os entrevistados poderiam escolher mais de uma opção de resposta

43,8% dos adolescentes entrevistados admitem sentir um pouco de vergonha em conversar abertamente sobre sexo.

Tabela 34: Percepção do nível de vergonha durante uma conversar sobre sexo

Sente Vergonha	Citações	(%)
Mais ou menos	154	43,8%
Não	117	33,2%
Sim	81	23,0%
Total Geral	352	100,0%

Fonte: Painel Pesquisas e Consultoria, 2019



Também foi investigado o nível de conhecimento sobre prevenção de infecções sexualmente transmissíveis (IST).

A maioria (89,5%) dos entrevistados declarou já ter recebido alguma orientação sobre o assunto e formas de prevenção. Um número muito próximo, 89,5% afirmaram ter conhecimento de como prevenir-se.

Tabela 35: Recebeu alguma orientação sobre IST

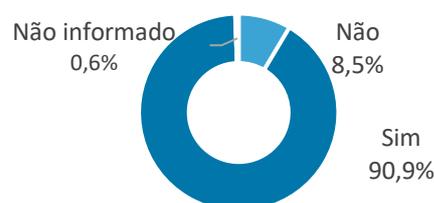
Categorias	Quant.	(%)
Sim	315	89,5%
Não	35	9,9%
Não lembro	1	0,3%
Não informado	1	0,3%
Total Geral	352	100,0%

Fonte: Painel Pesquisas e Consultoria, 2019

Tabela 36: Conhecimento sobre prevenção de IST

Categorias	Quant.	(%)
Não	30	8,5%
Sim	320	90,9%
Não informado	2	0,6%
Total Geral	352	100,0%

Fonte: Painel Pesquisas e Consultoria, 2019



Ainda neste tema, os adolescentes foram abordados sobre a atividade sexual, em que a maioria (63,4%) declarou ainda não ter iniciado a vida sexual. Dos 36,1% (127) que iniciaram, 73,2% afirmaram ter utilizado camisinha na última relação sexual.

Tabela 37: Entrevistados que já tiveram relação sexual

Categorias	Quant.	(%)
Não	223	63,4%
Sim	127	36,1%
Não informado	2	0,6%
Total Geral	352	100,0%

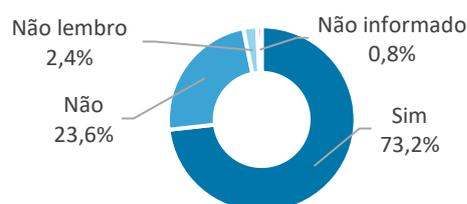
Fonte: Painel Pesquisas e Consultoria, 2019



Tabela 38: Entrevistados que já tiveram relação sexual e usaram camisinha

Categorias	Quant.	(%)
Sim	93	73,2%
Não	30	23,6%
Não lembro	3	2,4%
Não informado	1	0,8%
Total Geral	127	100,0%

Fonte: Painel Pesquisas e Consultoria, 2019

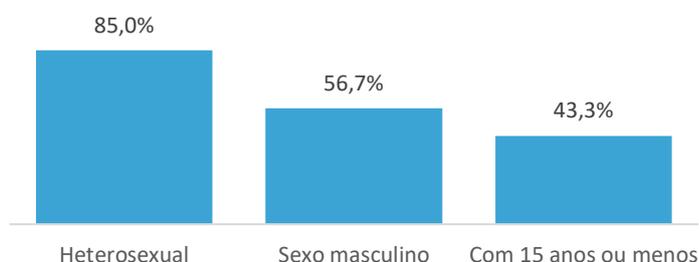


Em relação ao perfil dos adolescentes que já iniciaram a vida sexual há a predominância sexo masculino (56,7%), idade de 15 anos ou menos (43,3%) e orientação heterossexual (85%).

Tabela 39: Perfil dos entrevistados que já tiveram relação sexual

Perfil	Quant.	(%)	Total
Com 15 anos ou menos	55	43,3%	127
Sexo masculino	72	56,7%	127
Heterossexual	108	85,0%	127

Fonte: Painel Pesquisas e Consultoria, 2019



Quando abordados sobre o local ou tipo de serviço procurado quando estão doentes, o posto de saúde foi o equipamento mais citado (64,2%). Já com relação a frequência, 63,1% declararam que costuma procurar atendimento médico só quando fica doente, mostrando que a prevenção é muito rara nesta faixa etária. Os poucos que não vão (4 entrevistados) justificam que não gostam de ir ao médico.

Tabela 40: O que procura quando fica doente

Tipo de equipamento ou serviço	Citações	(%)
Posto de saúde	226	64,2%
Hospital	89	25,3%
Clínica Médica	50	14,2%
Farmácia	20	5,7%
Não informado	4	1,1%
Não procuro atendimento	3	0,9%
Total Geral	352	-

Fonte: Painel Pesquisas e Consultoria, 2019

*Os entrevistados poderiam escolher mais de uma opção de resposta

Tabela 41: Frequência de procura por atendimento médico

Frequência	Citações	(%)
Só quando fico doente	222	63,1%
Três vezes ou mais ao ano	63	17,9%
Duas vezes ao ano	41	11,6%
Uma vez ao ano	20	5,7%
Não vou ao médico	4	1,1%
Não informado	2	0,6%
Total Geral	352	100,0%

Fonte: Painel Pesquisas e Consultoria, 2019

Quando questionados em relação a como se sentem na maior parte do tempo, 74,7% dos entrevistados afirmaram sentir-se feliz e 39,8% tranquilos. O estado de ansiedade atinge 21,9% e de tristeza 12,2%.

Tabela 42: Como você se sente na maior parte do tempo

Estado ou Sentimento	Citações	(%)
Feliz	263	74,7%
Tranquilo	140	39,8%
Ansioso	77	30,4%
Triste	43	12,2%
Com raiva	40	11,4%
Angustiado	14	4,0%
Indiferente/apático	12	3,4%
Com medo	10	2,8%
Eufórico	8	2,3%
Não sei	7	2,0%
Não informado	2	0,6%
Entusiasmado	1	0,3%
Desmotivado	1	0,3%
Outro	1	0,3%
Total Geral	352	-

Fonte: Painel Pesquisas e Consultoria, 2019

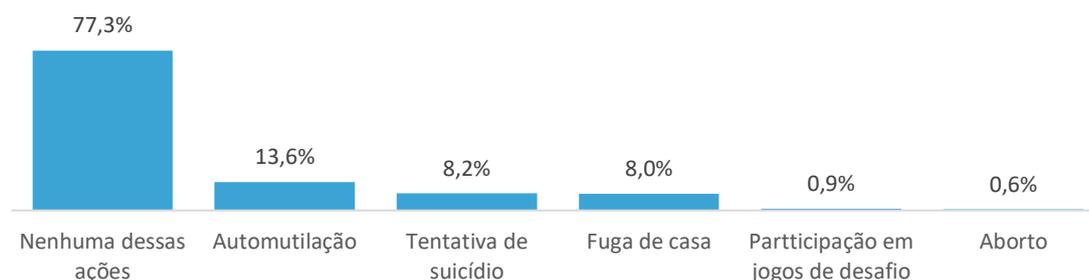
*Os entrevistados poderiam escolher mais de uma opção de resposta

Também foi investigado a prática ou vivência de situações extremas, das quais destaca-se a automutilação, praticada ou já praticada por 13,6% dos entrevistados, a tentativa de suicídio, por 8,2%, e a fuga de casa, por 8,0%. Destaca-se ainda que 77,33% dos adolescentes entrevistados nunca praticou nenhuma dessas ações.

Tabela 43: Situações vivenciadas

Situações	Quant.	(%)	Total
Nenhuma dessas ações	272	77,3%	352
Automutilação	48	13,6%	352
Tentativa de suicídio	29	8,2%	352
Fuga de casa	28	8,0%	352
Participação em jogos de desafio	3	0,9%	352
Aborto	2	0,6%	352

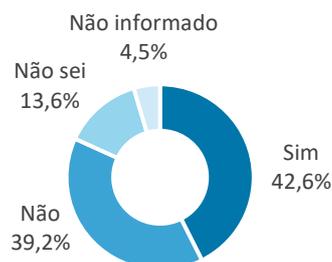
Fonte: Painel Pesquisas e Consultoria, 2019



Entrando na temática de álcool e drogas, inicia-se a análise com a percepção dos adolescentes sobre o álcool como droga, em que 42,6% dos entrevistados afirmaram considerá-lo como droga. Analisando as respostas por sexo, no município não houve variação na percepção deste assunto.

Tabela 44: Percepção sobre o uso do Álcool ser uma droga

Considera o álcool como droga	Citações	(%)
Sim	150	42,6%
Não	138	39,2%
Não sei	48	13,6%
Não informado	16	4,5%
Total Geral	352	100,0%



Fonte: Painel Pesquisas e Consultoria, 2019

Tabela 45: Percepção sobre o uso do Álcool ser uma droga por sexo do entrevistado

Considera o álcool como droga	Feminino		Masculino		Não informado		Total	
	Citações	(%)	Citações	(%)	Citações	(%)	Citações	(%)
Sim	72	44,7%	76	40,2%	2	100,0%	150	42,6%
Não	58	36,0%	80	42,3%		0,0%	138	39,2%
Não sei	23	14,3%	25	13,2%		0,0%	48	13,6%
Não informado	8	5,0%	8	4,2%		0,0%	16	4,5%
Total Geral	161	100,0%	189	100,0%	2	100,0%	352	100,0%

Fonte: Painel Pesquisas e Consultoria, 2019

Quando questionados sobre a utilização de álcool e drogas por pessoas conhecidas ou com vínculo familiar ou comunitário, os amigos são citados com maior frequência, com 29,3% para o uso de maconha, e 13,4% para o uso de álcool ou outras drogas.

Tabela 46: Sobre o ambiente em que os entrevistados estão inseridos

Categorias	Utiliza bebida alcoólica		Fuma maconha		Usa outras drogas	
	Citações	(%)	Citações	(%)	Citações	(%)
Ninguém	264	75,0%	206	58,5%	264	75,0%
Amigos	47	13,4%	103	29,3%	47	13,4%
Outros Familiares	21	6,0%	31	8,8%	21	6,0%
Vizinhos	14	4,0%	33	9,4%	14	4,0%
Não informado	7	2,0%	3	0,9%	7	2,0%
Irmão(a)	6	1,7%	18	5,1%	6	1,7%
Pai ou mãe	5	1,4%	3	0,9%	5	1,4%
Namorado(a)/parceiro	0	0,0%	3	0,9%	-	0,0%
Madrasta\Padrasto	2	0,6%	1	0,3%	2	0,6%
Avô(ó)	1	0,3%	1	0,3%	1	0,3%
Total Geral	352	-	352	-	352	-

Fonte: Painel Pesquisas e Consultoria, 2019

*Os entrevistados poderiam escolher mais de uma opção de resposta

Aprofundando-se nas entrevistas, foi questionado aos entrevistados sobre a utilização de álcool, cigarro, diferentes tipos de drogas e automedicação. Para aqueles que declararam já ter utilizado algumas das substâncias, foi indagada sobre a frequência.

Em relação a utilização ao uso, o álcool (59,1%) foi a substância mais citada pelos entrevistados, seguida do cigarro eletrônico (24,4%), narguilé (22,4%), cigarro (19,3%) e maconha (15,1%). Quando analisada a frequência dos que afirmaram já ter utilizado, a cocaína (33%) e crack (66,7%) são as drogas mais utilizadas frequentemente. O cigarro (61,8%) e a maconha (58,5%) são mais citados como “só experimentei” e o álcool como "as vezes" (50,0%).

Tabela 47: Utilização de drogas

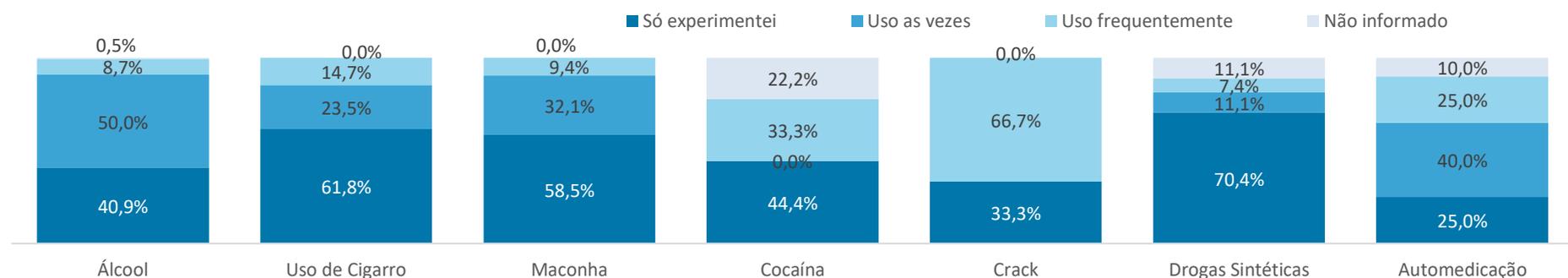
Uso	Álcool		Uso de Cigarro		Maconha		Cocaína		Crack		Drogas Sintéticas		Automedicação		Narguilé		Cigarro eletrônico	
	Citações	(%)	Citações	(%)	Citações	(%)	Citações	(%)	Citações	(%)	Citações	(%)	Citações	(%)	Citações	(%)	Citações	(%)
Não	140	39,8%	272	77,3%	288	81,8%	333	94,6%	337	95,7%	314	89,2%	317	90,1%	263	74,7%	258	73,3%
Sim	208	59,1%	68	19,3%	53	15,1%	9	2,6%	3	0,9%	27	7,7%	20	5,7%	79	22,4%	86	24,4%
Não informado	4	1,1%	12	3,4%	11	3,1%	10	2,8%	12	3,4%	11	3,1%	15	4,3%	10	2,8%	8	2,3%
Total Geral	352	100,0%	352	100,0%	352	100,0%	352	100,0%	352	100,0%	352	100,0%	352	100,0%	352	100,0%	352	100,0%

Fonte: Painel Pesquisas e Consultoria, 2019

Tabela 48: Frequência de utilização de drogas

Frequência	Álcool		Uso de Cigarro		Maconha		Cocaína		Crack		Drogas Sintéticas		Automedicação		Narguilé		Cigarro eletrônico	
	Citações	(%)	Citações	(%)	Citações	(%)	Citações	(%)	Citações	(%)	Citações	(%)	Citações	(%)	Citações	(%)	Citações	(%)
Só experimentei	85	40,9%	42	61,8%	31	58,5%	4	44,4%	1	33,3%	19	70,4%	5	25,0%	43	54,4%	47	54,7%
Uso as vezes	104	50,0%	16	23,5%	17	32,1%	0	0,0%	0	0,0%	3	11,1%	8	40,0%	31	39,2%	28	32,6%
Uso frequentemente	18	8,7%	10	14,7%	5	9,4%	3	33,3%	2	66,7%	2	7,4%	5	25,0%	3	3,8%	4	4,7%
Não informado	1	0,5%	0	0,0%	0	0,0%	2	22,2%	0	0,0%	3	11,1%	2	10,0%	2	2,5%	7	8,1%
Total Geral	208	100,0%	68	100,0%	53	100,0%	9	100,0%	3	100,0%	27	100,0%	20	100,0%	79	100,0%	86	100,0%

Fonte: Painel Pesquisas e Consultoria, 2019

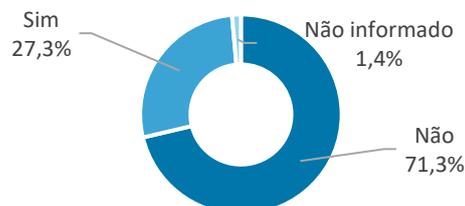


4.6 EIXO DE DIREITO À LIBERDADE, AO RESPEITO E A LIBERDADE

Quando entrevistados sobre preconceito, 27,3% dos adolescentes declararam já ter sido vítimas de preconceito. A aparência física (56,3%) é o motivo mais citado, seguida do peso (16,7%).

Tabela 49: Entrevistados que já foram vítimas de preconceito

Categorias	Citações	(%)
Não	251	71,3%
Sim	96	27,3%
Não informado	5	1,4%
Total Geral	352	100,0%



Fonte: Painel Pesquisas e Consultoria, 2019

Tabela 50: Tipo de preconceito sofrido

Tipo de preconceito sofrido	Citações	(%)
Pela aparência física	54	56,3%
Por ser obeso/gordo	16	16,7%
Por sua cor	14	14,6%
Por ser magro demais	11	11,5%
Por sua orientação sexual	8	8,3%
Por sua situação social	7	7,3%
Por ter alguma deficiência	7	7,3%
Por opção religiosa	6	6,3%
Não informado	1	1,0%
Total Geral	96	-

Fonte: Painel Pesquisas e Consultoria, 2019

*Os entrevistados poderiam escolher mais de uma opção de resposta

Entrando no tema das violências, 65,1% (229) dos entrevistados declarou que no caso de sofrer algum tipo de violência saberia onde procurar ajuda. A família ou familiares é a opção mais citada (58,1%), seguida da autoridade policial ou judicial (38,0%), e professores ou direção da escola (17,9%). O Conselho Tutelar ocupa a 5ª posição, com apenas 10,0% das citações.

Tabela 51: No caso de sofrer violência, a quem você pediria ajuda?

Pessoa ou Instituição	Citações	(%)
Para minha família ou familiares	133	58,1%
Autoridade policial ou judicial	87	38,0%
Professores ou direção da escola	41	17,9%
Amigos ou alguém de confiança	25	10,9%
Conselho Tutelar	23	10,0%
Não informado	13	5,7%
Psicóloga ou CAPS	6	2,6%
CRAS ou CREAS	4	1,7%
Para a primeira pessoa que passar	2	0,9%
COMDICA	1	0,4%
Hospital	1	0,4%
Total Geral	229	100,0%

Fonte: Painel Pesquisas e Consultoria, 2019

A Psicológica/Bullying é a mais citada pelos entrevistados que declaram já ter sofrido algum tipo de violência (39,5%), seguida da física (18,2%). Analisando os locais a escola destaca-se como o local mais citado para violência psicológica/bullying (86,3%), física (62,5%) e negligência (41,7%). Ruas e praças têm 41,7% das citações para a violência sexual e 21,9% para a física. Destaca-se ainda o ambiente familiar citado por 58,3% dos que sofreram negligência, violência sexual (33,3%) e física (21,9%).

Tabela 52: Situação de violência sofrida pelos entrevistados

Vivência de situação de violência	Psicológica/Bullying		Física		Sexual		Negligência	
	Citações	(%)	Citações	(%)	Citações	(%)	Citações	(%)
Não	180	51,1%	264	75,0%	325	92,3%	319	90,6%
Sim	139	39,5%	64	18,2%	12	3,4%	12	3,4%
Não sabe responder	32	9,1%	19	5,4%	7	2,0%	13	3,7%
Não informado	1	0,3%	5	1,4%	8	2,3%	8	2,3%
Total Geral	352	100,0%	352	100,0%	352	100,0%	352	100,0%

Fonte: Painel Pesquisas e Consultoria, 2019

Tabela 53: Tipo e locais de violência sofrida pelos entrevistados

Locais	Psicológica/Bullying		Física		Sexual		Negligência	
	Citações	(%)	Citações	(%)	Citações	(%)	Citações	(%)
Escola	120	86,3%	40	62,5%	1	8,3%	5	41,7%
Família	12	8,6%	14	21,9%	4	33,3%	7	58,3%
Ruas e praças	18	12,9%	14	21,9%	5	41,7%	1	8,3%
Não informado	1	0,7%	2	3,1%	2	16,7%	1	8,3%
Não sabe responder	6	4,3%	2	3,1%		0,0%		0,0%
Total Geral	139	-	64	-	12	-	12	-

Fonte: Painel Pesquisas e Consultoria, 2019

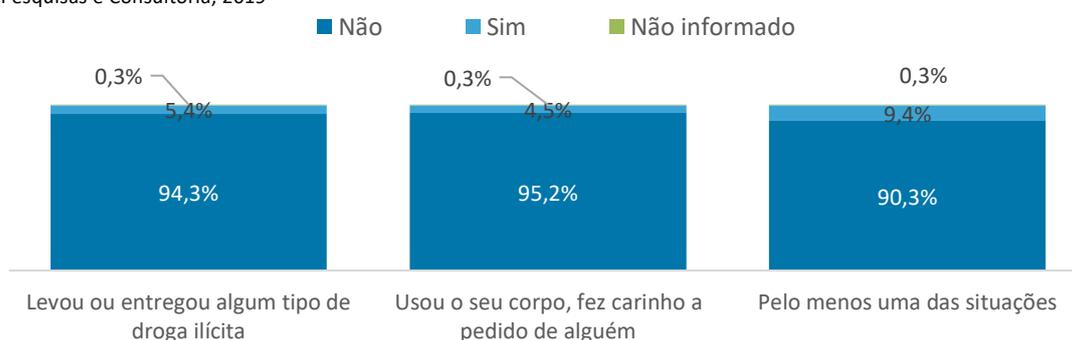
*Os entrevistados poderiam escolher mais de uma opção de resposta

As situações ilícitas foram abordadas indiretamente, e as respostas dos entrevistados mostraram em média que 9,4% já praticou tráfico de drogas ou prostituição. O tráfico é o mais citado, 5,4% dos entrevistados declararam já ter levado algum tipo de droga por dinheiro.

Tabela 54: Situações ilícitas vivenciadas pelos entrevistados

Prática de situações ilícitas	Levou ou entregou algum tipo de droga ilícita		Usou o seu corpo, fez carinho a pedido de alguém		Pelo menos uma das situações	
	Citações	(%)	Citações	(%)	Citações	(%)
Não	332	94,3%	335	95,2%	318	90,3%
Sim	19	5,4%	16	4,5%	33	9,4%
Não informado	1	0,3%	1	0,3%	1	0,3%
Total Geral	352	100,0%	352	100,0%	352	100,0%

Fonte: Painel Pesquisas e Consultoria, 2019



Comentários ou sugestões dos adolescentes entrevistados ao final da pesquisa

- ✓ "Queria que tivesse mais coisas em Veranópolis, tipo parques ou cinemas"
- ✓ "Trazer mais parques para Veranópolis"
- ✓ "Eu gosto bastante de mexer no celular, meu sonho é ser modelo ou atriz de novela, agradeço aos meus pais que cuidaram esse tempo de mim."
- ✓ "Deveria ter alguma coisa na praça para as pessoas nos finais de semana, alguns lugares bacanas"
- ✓ "Limpar a escadaria e trocar o corrimão"
- ✓ "Pista de bicicleta"
- ✓ "Eu gosto da cidade, só não gosto do jeito de algumas pessoas, eu gostaria que tivesse menos pessoas que maltratam os animais"
- ✓ "Eu quero bebidas mais baratas, e fazer coisas para crianças brincarem"
- ✓ "Mais lugares para me divertir em Veranópolis, sem precisar sair da cidade"
- ✓ "Veranópolis deveria ter mais diversão e coisas para fazer, deveria ter mais praças, campos etc. também poderia ser uma cidade mais cuidada"
- ✓ "Então, eu gostaria que aqui uma vez ao mês, ou sei lá, alguma psicóloga viesse nas escolas conversar com os alunos, para ver e perguntar como anda a vida se está sofrendo algo etc. Queria também, que tivesse aulas de dança na escola etc. e queria que não houvesse mais bullying"
- ✓ "Gosto muito da cidade, não tenho nada para reclamar, acho que ela não precisa de nada. falei o que acho da cidade, porque eu não tenho desejos, sentimentos e nem opinião"
- ✓ "Gostaria que tivesse um parque aquático na cidade"
- ✓ "Bom minha opinião é que deveria haver mais coisas para lazer e juventude etc."
- ✓ "Meu sonho é ser rico e visitar Estados Unidos, quem sabe até morar."
- ✓ "A meu ver, as ruas estão meio ruins"
- ✓ "Tenho pessoas maravilhosas ao meu lado, queria saber por que me sinto sozinho, por que sempre estou triste, por que sempre insisto lembrar do passado, por que dou tanto valor para as pessoas que não merecem, o que eu tenho de errado? Quem eu quero não me escolhe, aí deixo quieto"
- ✓ "Gostaria que essa pesquisa fosse útil para melhorar ambientes/comunidades de Veranópolis. Também sinto falta de palestras educativas."
- ✓ "Às vezes, na escola não me sinto confortável ou segura por conta de coisas que já aconteceram na escola. Um cinema é muito preciso em Veranópolis, pois não é bom ter que ir até outra cidade e como somos de menor, não da"
- ✓ "Deveriam ter concursos culturais, atividades lúdicas, e atividades que façam com que os jovens se sintam mais acolhidos"
- ✓ "Eu gostaria que tivesse cursos gratuitos e profissionalizantes"
- ✓ "Falta atividade de lazer"

- ✓ "Gostaria muito que tivesse na cidade um cinema ou um lugar para que os jovens possam frequentar e festas mais cuidadosas na cidade
- ✓ "Falta Cinemas e shopping"
- ✓ "Construir um shopping"
- ✓ "Ter mais segurança pública, policiais; apresentações culturais; grupos de jovens para conversa"
- ✓ "Construir um parque aquático; e acabar com as drogas"
- ✓ "Ter mais educação nas escolas"
- ✓ "Espaços para borrachão e som automotivo"
- ✓ "Eu acho que a prefeitura poderia dar mais valor à dança. Fomos para este festival FIH2 e a prefeitura recusou dar o ônibus para Curitiba e por isso quase não conseguimos ir, mas ganhamos 2º lugar, ou seja, segundo melhor grupo da América Latina.
- ✓ "Eu gostaria que tivesse Cinema e parques."
- ✓ "Eu gosto muito do Ensino Municipal"
- ✓ "Queria que tivesse mais Cinemas"
- ✓ "Sinto falta de Cinemas, cursos que sejam gratuitos, shoppings, iluminação nas praças, grupo de jovens, grêmio estudantil.
- ✓ "Investimento nos adolescentes e crianças
- ✓ "Gostaria que em Veranópolis tivesse Cinema"
- ✓ "Permitir fazer carteira de motorista com 16 anos"
- ✓ "Liberar o uso de celular na escola; melhorar a merenda escolar
- ✓ "Gostaria que na Femaçã não faltasse tanta luz"
- ✓ "Queria que a cidade fosse mais limpa"
- ✓ "Eu queria que a cidade fosse um lugar seguro, com pouca violência e mortes"
- ✓ "Melhorar a merenda escolar
- ✓ "Melhorar a merenda escolar; aumentar o tempo de recreio; liberar o uso de celular na escola
- ✓ "Mais grupos culturais (RPG, debates, jogos, eletrônicos), mais incentivo a atividades; podcasts, economia etc.
- ✓ "Ter praças de alimentação com fast food; criação de um shopping
- ✓ "Falta atividade de lazer
- ✓ "Ter um espaço para jovens onde possa ser tratado de assuntos como depressão e preconceito; criação de espaços recreativos
- ✓ "Criação de lugares recreativos
- ✓ "Criar uma escola de basquete
- ✓ "Ajustar a grama do campo de futebol do Valverde
- ✓ "Deveria ter mais vaga de emprego"

4.7 CONSIDERAÇÕES SOBRE A PESQUISA DE PERCEPÇÃO COM OS ADOLESCENTES

A construção do questionário da pesquisa de percepção buscou abordar temas de interesse e presentes no cotidiano da adolescência, como trabalho, sexualidade, drogas e sentimentos, com objetivo de investigar e conhecer a opinião e comportamentos dos adolescentes Veranenses, de modo a nortear as políticas públicas, projetos e ações no município voltados para a infância e juventude.

A amostra foi estratificada por região territorial do município e aplicada de forma online e interativa nas escolas que possuíam laboratório de informática. A região que apresentou maior volume de entrevistados foi a Região 2, com 23,3% do total dos 352 participantes. Em relação ao perfil, 53,7% dos adolescentes entrevistados eram do sexo masculino, 20,7% (maior percentual) da idade de 15 anos (20,7%). Todavia, entre as faixas de idade a variação dos percentuais têm variação equilibradas, entre 14% a 20%. A orientação sexual declarada seguiu-se de heterossexual (88,4%), bissexual (9,7%) e homossexual (1,4%), e apenas 5 entrevistados disseram ter filhos.

Quando perguntado sobre o conhecimento do ECA, 57,4% dos entrevistados responderam que não tem conhecimento nenhum, dos quais 60,41% declararam nunca ter visto ou ouvido falar do ECA. Nesta mesma linha, 63,4% dos adolescentes entrevistados desconhece o COMDICA, Conselho de Direito que os representa. Recomenda-se avaliar este resultado entre as políticas setoriais, para que o ECA seja amplamente divulgado, principalmente junto ao público afeto. Sugere-se ainda, que estrategicamente sejam realizadas campanhas de divulgação a respeito dos Conselhos, principalmente do COMDICA, do controle de políticas públicas, incluindo um trabalho contínuo de educação e informação sobre cidadania, direitos e deveres nas escolas.

O município agrada a maioria dos entrevistados, 87,5% declararam sentir-se satisfeito em morar em Veranópolis, e dos poucos que se sentem insatisfeitos o principal motivo citado são poucas opções de lazer, competindo à gestão municipal a articulação de ações de interesse para o público jovem. Este tema foi abordado no questionário em uma outra pergunta, e 33,3% dos entrevistados opinaram ter poucas opções de lazer no município. Sobre o que mais sentem faltam, o cinema é a opção mais citada (76,7%), o que significa que os Veranenses precisam deslocar-se para municípios vizinhos para usufruir desse lazer. Os parques também são citados como opção que sente falta no Município por 33,5%, o que indica uma necessidade de articulação com outras secretarias municipais para avaliar possibilidades de melhoria e/ou ampliação de espaços públicos para de lazer.

Quanto à pretensão em realizar cursos ou oficinas, somente 29% indicam ter interesse na realização. As atividades esportivas (38,8%) e cursos profissionalizantes (34,9%) foram as que mais se destacam. Sugere-se a ampliação da oferta de atividades esportivas, pois além de serem de interesse dos adolescentes, contribuem para hábitos saudáveis, saúde e bem-estar e são ações de combate e enfrentamento ao uso de drogas e trabalho infantil. O “futebol” e o “muay thai” foram as modalidades mais

citadas, com respectivamente 45,3% e 26,2%. Quanto a oficinas de cultura, o violão aparece com 43,3% das citações. Sobre os cursos profissionalizantes, esta é a segunda área de interesse dos entrevistados, todavia chama a atenção que 35,0% não informaram ou não sabiam qual o curso que querem realizar, o que demonstra que há uma preocupação com o futuro e ingresso no mercado de trabalho, mesmo que ainda, não estão decididos sobre qual área profissional querem seguir. O curso de administração foi citado por 13,8% dos entrevistados.

Em relação ao tema trabalho, o perfil etário revela que existe correlação entre a idade, pois quanto maior a idade mais são os casos de situação de trabalho. O percentual de trabalho também é maior para o sexo masculino, 36,0%, enquanto no feminino é de 23,6%. Na idade de 17 anos, 72,9% dos entrevistados trabalham, e aos 12 e 13 anos 18,8%, o que não é proibido pela legislação brasileira. A inserção do adolescente no mercado de trabalho é permitida a partir dos 14 anos, desde que na condição de aprendiz, ou a partir de 16 anos com vínculo empregatício obrigatório (registro formalizado em carteira), respeitando as proibições de trabalho perigoso, insalubre, penoso, ou prejudicial à saúde ou a formação e ao desenvolvimento, como bares, casas noturnas, estabelecimentos com venda de bebida alcoólica entre outros. Outra característica apontada pela pesquisa é que 30,8% dos entrevistados em situação de trabalho declararam não possuir registro formalizado, o que, como mencionado acima, também é considerado trabalho infantil. O % de contratação formal é de aproximadamente 55%, dos quais 36,4% por contrato de aprendizagem, o contrato de estágio corresponde a 13,1% e o contrato de trabalho (CLT) mais 11,2%. 8,4% não souberam informar o tipo de contratação ou vínculo. No perfil da atividade, destaca-se o setor de serviços (37,4%), realizado para terceiros que não sejam familiares (63,6%), e o principal motivo é ter seu próprio dinheiro.

Quando abordado temas do convívio familiar e comunitário, mais da metade dos entrevistados informou participar de grupos sociais, com maior percentual na Região 3 (61,31%) e menor na Região 6 (20,0%). Os grupos mais citados são os esportivos (44,6%) e o religioso (27,4%). No seio familiar, a maior parte dos entrevistados declararam sentir-se bem cuidado ou acolhido sempre (77,3%) ou quase sempre (14,5%), o que demonstra que o lar e o ambiente familiar é seguro para mais de 91% dos entrevistados. Neste sentido, quando questionado de para quem ou onde procurar ajuda, no caso de vivenciar uma situação de violência, a família ou familiares é a opção mais citada, com 58,1%. Dentre os assuntos conversados em família, se sobressai o tema "saúde" com 58,8%. Porém temas polêmicos como sexualidade e drogas é abordado em apenas 38,1% e 46,6% respectivamente. Tais números deixam claro uma transferência da abordagem destes assuntos para ambientes como escola, grupos sociais ou outros.

Quando o assunto é sobre sexo, apenas 23,0% dos adolescentes declararam não ter vergonha de falar sobre o assunto. Porém, 42,3% conversam sobre o tema com a mãe e apenas 18,5% com o pai. Adentrando na intimidade, 36,1% dos entrevistados declararam já ter iniciado a vida sexual e destes, 73,2%

usaram camisinha na última relação. O perfil destes mostra que 43,3% tinham 15 anos ou menos e 56,7% eram do sexo masculino.

Também foi questionado aos entrevistados sobre como se sentem na maior parte do tempo, em que 74,0% responderam se sentirem felizes e 39,8% tranquilos. Entre os sentimentos negativos destaca-se a ansiedade (21,9%) e a tristeza (12,2%). Esse perfil, triste ou ansioso, deve ser ponto de atenção para a rede de atendimento, já que pode ter como consequência comportamentos como automutilação ou tentativa de suicídio por exemplo. O uso da tecnologia de forma excessiva, como mostra a pesquisa “Tecnologia e o jovem”⁵ realizada pelo Dr. Jairo Bouer⁶, é um fator que contribui para o desencadeamento destas problemáticas. A pesquisa mostrou que a automutilação e a tentativa de suicídio já foram praticadas por respectivamente 13,6% e 8,2% dos entrevistados. Neste ponto o diagnóstico mostra a importância de fortalecer emocionalmente as famílias, crianças e adolescentes, e olhar para as questões atuais, própria da atualidade que envolvem o uso de tecnologia e redes sociais.

Outro fator que está diretamente relacionado ao fator emocional dos adolescentes, abordado na pesquisa, foi a vivência de preconceito. 27,3% dos entrevistados declararam já ter sido vítima de algum tipo de preconceito, cujo principal motivo destaca-se a aparência física, por 56,3% seguida do por ser obeso ou gordo. E ainda na questão de violência a violência psicológica ou bullying apresenta o maior percentual de violências sofrida (39,5%), seguida da física (18,2%), e violência sexual e negligência (ambas com 3,4%). A escola é o local mais citado para adolescentes que declararam ter violência psicológica ou bullying (86,3%), física (62,5%) e negligência (41,7%).

Adentrando na temática do uso de substâncias como álcool, cigarros e drogas, 42,6% dos entrevistados disse considerá-lo como droga e 59,1% já experimentou. O narguilé foi experimentado por 22,4%, o cigarro por 19,3% e a maconha por 15,1%. Neste tema, merece ainda destacar que dentre as substâncias utilizadas frequentemente a cocaína (33%) e crack (66,7%) são as drogas mais citadas. Outro ponto que merece ainda destaque são as situações ilícitas, abordadas de forma indireta na pesquisa, em que aproximadamente 1 a cada 10 adolescentes declarou ter praticado tráfico de drogas (5,4%) ou prostituição (4,0%). Campanhas de esclarecimento para situações como esta devem ser pensadas.

Diante dos resultados da pesquisa de percepção com os adolescentes, as informações e os dados aqui coletados, apontam as problemáticas e vulnerabilidades vivenciadas pelo público alvo desse diagnóstico, e quando, postos a luz da avaliação do município, podem implementar o planejamento e alinhamentos entre os entes do SGDA de forma a intensificar a oferta de serviços, programas, projetos e ações, no intuito de atender as demandas locais ou coletivas para a superação das vulnerabilidades aqui apontadas.

⁵ O relatório completo da pesquisa pode ser acessado em: <http://tecnologiaeojovem.educacional.com.br/>

⁶ Doutor Jairo Bouer, médico psiquiatra especialista em sexualidade, educação sexual e saúde em geral.

PARTE III

Esta parte contempla a pesquisa qualitativa de profundidade sobre as políticas públicas e serviços na percepção dos atores do sistema de garantia de direitos da criança e do adolescente, a percepção dos adolescentes infrequentes ou evadidos do ambiente escolar, e a correlação das fragilidades apontadas com os números quantitativos da pesquisa com adolescentes e dos indicadores (Volume I).

5. PESQUISA QUALITATIVA SOBRE A POLÍTICA PÚBLICA E SERVIÇOS NA ÁREA DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE

Também fez parte deste estudo a aplicação de pesquisa qualitativa em profundidade com objetivo de construir um panorama geral a partir da percepção dos entrevistados sobre a atuação, principais desafios, fragilidades e oportunidades da rede de atendimento e dos serviços oferecidos pela política pública municipal. A escolha da metodologia, do formato e do instrumental, descritos no Capítulo que trata das notas metodológicas, priorizou a organização de dois grupos distintos, com roteiros semiestruturados distintos, desenvolvidos especificamente para cada grupo, aplicados em agosto de 2019.

- Grupo 1: Roda de conversa com a rede de atendimento do Sistema de Garantia de Direitos da Criança e do Adolescente.
- Grupo 2: Roda de conversa com adolescentes com histórico de infrequência e evasão escolar.

Neste capítulo serão apresentados seus resultados, que para fins de compilação e análise, foram estruturados a partir da percepção dos atores do SGDCA, da percepção dos adolescentes, e por último, a partir dos principais destaques, correlacionadas com os dados estatísticos.

5.1 A PERCEPÇÃO DOS ATORES DO SISTEMA DE GARANTIA DE DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE

Participaram do grupo 1 cerca de 13 representantes de equipamentos municipais - do Conselho Tutelar, do Conselho Municipal da Criança e do Adolescente (COMDICA); do CRAS; do CREAS; do CAPS; de Instituições Não Governamentais; do Ministério Público; do Poder Judiciário; e das Secretarias Municipais de Desenvolvimento Social, Habitação e Longevidade; da Educação, Esporte, Esporte, Lazer e Juventude; e da Saúde - selecionados e convidados pela Comissão de Acompanhamento.

O roteiro da entrevista foi estruturado em três partes distintas. Na Parte I foram realizadas perguntas que tratam da percepção quanto ao tema da criança e do adolescente. Já na segunda parte o foco da pesquisa foi a percepção em relação a estrutura e dinâmica da rede de proteção e do SGDCA. E por último, na Parte III, foram realizadas perguntas com objetivo de investigar a percepção dos técnicos e da comunidade em relação aos equipamentos sob a perspectiva das Políticas Públicas de atendimento, assim como também identificar os principais desafios, fragilidades, lacunas e oportunidades de melhoria.

Para fins de compilação e análise dos dados, o resultado será apresentado na mesma estrutura do questionário. Assim, considerando que as políticas públicas são intersetoriais e interdisciplinares, a parte III foi separada por eixo de direito do Estatuto da Criança e do Adolescente, com objetivo de facilitar a sistematização das recomendações e propostas para a elaboração do plano de ação.

PERCEPÇÃO QUANTO AO TEMA DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE

A roda de conversa é iniciada com uma reflexão acerca do tema, tendo como referência o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) e sua repercussão social. Os técnicos pontuam o Estatuto como marco legal e protagonista na proteção da dignidade da criança e do adolescente, na garantia de seus direitos básicos e como norteador da execução da política pública e da estruturação da rede de proteção.

Também compartilham da opinião de que, infelizmente, culturalmente o ECA é visto como “superprotetor” e que enfatiza os direitos em detrimento dos deveres. Por isso entendem que há a necessidade de equilibrar esses dois pontos, esclarecendo para a comunidade e para as famílias que o limite e a responsabilização - por meio da educação e orientação - também é uma forma de proteção, assim como um direito a ser garantido.

“hoje o limite não é mais visto como um direito”

Ressaltam ainda a importância de dar voz as crianças e adolescentes, e que o tratamento digno e protetivo também inclui ter seu espaço e sua palavra respeitada. Hoje percebe-se que os pais tem dificuldade de equilibrar estes dois pontos.

“ou a família que realmente não escuta, não dá o espaço para a criança ou adolescente, ou a família talvez exagere, e escute demais e acaba criando rezeiros”

ESTRUTURA DE FUNCIONAMENTO DA REDE DE PROTEÇÃO E DO SGDCA

Quando questionados sobre a atuação da rede de proteção e do Sistema de Garantia de Direitos, os técnicos afirmam que possuem bom relacionamento enquanto rede. Reconhecem que apesar do trabalho fluir bem entre eles, dos serviços serem portas abertas e de conseguirem atender grande parte das necessidades demandadas, existem falhas e pontos a melhorar – principalmente a comunicação entre eles - para que possam efetivamente ter uma política intersetorial com o olhar de “todas as pontas”.

Ao longo dos últimos meses têm se articulando no Município uma rede de proteção voltada para a criança e adolescente, para a construção de protocolos e fluxos de atendimento, com o olhar direcionado para as situações de negligência e violência. Os casos mais críticos e que requerem atuação interdisciplinar também são levados para essas reuniões mensais, com excelentes resultados de resolutividade e encaminhamentos. Tais reuniões são rotineiramente realizadas por iniciativa do Conselho Tutelar com a participação de outros representantes do SGDCA, para discutir além dos fluxos e protocolos, estratégias de ação e intervenção dos casos mais graves e que requerem atenção especial. Nesta perspectiva também tem se pensado na possibilidade da criação de um tipo de “prontuário” eletrônico intersetorial para o SGDCA, direcionados esses casos mais pontuais e que requerem maior acompanhamento.

Os técnicos pontuam ainda que têm percebido que nos últimos anos o tema da criança e do adolescente vem de destaque nas capacitações e discussões internas de cada política, e ressaltam da importância de cada serviço se organizar e repensar estratégias de proteção (dentro do tema da criança e adolescente) antes de participar das reuniões que tratam dos fluxos e protocolos de atendimento intersetorial.

A ATUAÇÃO DOS TÉCNICOS E EQUIPAMENTOS DENTRO DA POLÍTICA PÚBLICA

Considerando a integralidade do ser humano e a universalidade dos seus direitos, para a análise das potencialidades e fragilidades a atuação da rede e do SGDCA foi segregada por política pública, cuja intersectorialidade requer que os dados sejam apresentados segundo os eixos de direito do Estatuto da Criança e do Adolescente, principal norteador deste trabalho.

Todavia, foi apontada como problemática duas questões importantes, cujo impacto se desdobra em todos os eixos, e por isso está sendo apresentada nesta fase introdutória, e não apenas nos seus respectivos eixos de direito:

- a) a importância do fortalecimento das relações, vínculos e do planejamento familiar, já que o enfraquecimento do papel das famílias no meio social tende a desencadear maior número nas demandas de atendimento e de serviço público na assistência social, na educação, saúde, segurança pública dentre outros.
- b) a importância e necessidade de ouvir crianças e adolescentes para pensar estratégias enquanto política pública, na proteção, defesa e promoção de seus direitos e deveres.

“se a gente vai pensar no ECA, a gente precisaria primeiramente ouvir esses adolescentes para entender suas vulnerabilidades, [e os motivos] para não estarem acessando os serviços”.

CONVIVÊNCIA FAMILIAR E COMUNITÁRIA

No eixo de Convivência Familiar e Comunitária destaca-se principalmente a Política e da Assistência Social, executada subordinada à Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social, Longevidade e Habitação. Veranópolis dispõe de um equipamento do CRAS e um do CREAS, ambos localizados na região central do Município. A rede como um todo evidenciou que o principal desafio da política assistencial no Município não é a falta de vagas ou de recursos (estrutura física, equipamento ou de técnicos), mas a falta de adesão das famílias com perfil para acessar o serviço, bem como dos adolescentes, reiterando a necessidade de ouvi-los.

Os representantes refletem sobre a realidade social do Município, que têm observado ao longo dos anos uma mudança nos arranjos e modelos de família, assim como o enfraquecimento da entidade, dos vínculos e das relações familiares, tendo como consequência, a falta de limite e de direcionamento na vida, a perpetuação e reprodução de padrões de comportamento culturais e geracionais de vulnerabilidade, gravidez na adolescência, negligência, violência, dentre outros. Uma das técnicas, coloca muito bem, que há que se ter o cuidado em utilizar o termo “famílias desestruturadas” para todos os arranjos que fogem do modelo tradicional (genitor/genitora) - já que hoje as mães solas, família homoafetivas, filhos criados pelos avós, dentre outros - são os novos modelos familiares, e que a rede precisa pensar uma forma de como trabalhar com elas e não querer moldá-las a um padrão.

Também comentaram que é possível perceber uma estrutura parecida nos arranjos familiares das situações mais críticas - a ausência ou distância da figura paterna em grande parte dos casos - o que facilita o pensar estratégias de como trabalhar as necessidades dessas famílias, nos seus moldes reais e não ideais. Em meio as discussões pontuam sobre a importância de olhar para essas famílias e esses pais, principalmente quando o arranjo familiar é de mãe solo e de fortalecê-los, de recuperar o vínculo de família e a perspectiva de futuro.

“[...] é difícil tú exigir da mãe, que normalmente é a única figura existente, ainda mais nesse núcleo familiar [famílias de baixa renda], que ela consiga projetar sonhos e esperanças num

filho, sendo que ela não tem sonhos e esperanças [...]. ela deixa de ser sujeito de direito e passa a ser o sujeito que tem deveres [com essas crianças e adolescentes] [...]"

Neste sentido, surge na discussão a importância da orientação e do planejamento familiar com a presença de toda a família – incluindo adolescentes – permitindo que os jovens possam refletir sobre o que querem para o futuro, seus sonhos, a profissão que querem seguir, o que é constituir família, quais as consequências de ter um filho, dentre outros temas pertinentes. Entendem que esta também é uma oportunidade de fortalecer as histórias e vínculos familiares, de reconhecer o papel dos pais, das mães ou pais solos, daqueles que têm dificuldades na criação de seus filhos, não só para seu reconhecimento e gratidão, mas como forma de exemplo e reflexão para a fomentação da quebra do ciclo geracional de repetição.

“se você conseguir fazer um trabalho de mostrar para filha o que ela poderia fazer pra não chegar na situação da mãe [...] valorizar a história da mãe pra quebrar isso”.

LIBERDADE, RESPEITO E DIGNIDADE

Considerando a dinâmica da rede no Município, o Conselho Tutelar é o principal órgão do SGDCA (pela sua proximidade com a comunidade e com os demais órgãos da rede). É de sua iniciativa as reuniões mensais para a tratativa e elaboração do plano de atendimento dos casos que requerem atuação intersetorial. Nessas reuniões também são analisados e discutidos fluxos e procedimentos para situações de violência e de negligência, com objetivo de padronizar as ações e encaminhamentos a serem realizados para cada situação.

De modo geral, a rede avalia a atuação do Conselho de forma positiva, assim como sua dinâmica com os demais equipamentos (referência, contrarreferência e encaminhamentos). Também pontuam que possuem fácil acesso ao poder judiciário e ao Ministério Público, e ressaltam que percebem que há uma subnotificação das violações de direito, em virtude da falta de conhecimento da sociedade.

Também foi apontado que a comunidade tem uma visão distorcida sobre o Conselho Tutelar, enxergando-o como órgão superprotetor e que prioriza apenas os direitos das crianças e dos adolescentes em detrimento de suas responsabilidades; ou como órgão de fiscalização com poder de polícia, com atribuição de cuidar do adolescente. Tal constatação abre espaço para serem pensadas quais ações poderiam ser realizadas de modo a aproximar o Conselho da sociedade civil e das famílias, para que possam compreender a importância de sua atuação como órgão de defesa e de proteção, e que dentre suas diretrizes está o auxílio e orientação às famílias, encaminhamentos e medidas de proteção, principalmente nos casos em que o próprio adolescente é agente violador de seus direitos.

Em relação a segurança pública a atuação da delegacia, de modo geral, é avaliada como positiva pela rede, e unanimemente a drogadição é apontada como principal problemática entre os adolescentes. A rede ainda complementa que têm dificuldade em trabalhar com os jovens envolvidos com drogas – seja para consumo ou para o tráfico – em como atingi-los e comunicar-se com eles para auxiliá-los na conscientização sobre a nocividade da drogadição e na construção de uma nova perspectiva de vida.

VIDA E SAÚDE

No âmbito da vida e saúde, o maior destaque foi no serviço de saúde mental, com o aumento dos registros de automutilação e de tentativa de suicídio entre os adolescentes nos últimos anos, um grande desafio a ser pensado e combatido. Os representantes da saúde comentam que no âmbito da saúde da criança ainda estão se organizando e estruturando estratégias de atuação, que posteriormente serão expandidas para os adolescentes. Hoje se faz o acompanhamento da demanda espontânea na saúde básica, e, em conjunto com a Secretaria Municipal da Educação, o Projeto Pradis e o Saúde na Escola.

Também foram apontados pela saúde a necessidade de olhar para a pessoa com deficiência, em oferecer acompanhamento, atendimento e infraestrutura adequada, com olhar intersetorial da saúde, educação e do desenvolvimento social.

EDUCAÇÃO, CULTURA, ESPORTE E LAZER

Ao entrar no tema da educação, a principal fragilidade foi a infrequência e evasão escolar, com destaque a dificuldade que a rede (Assistência Social, Conselho Tutelar e Ministério Público) têm em estabelecer um vínculo de comunicação com os alunos infrequentes ou evadidos para entender o que está acontecendo ou o que está faltando para que eles possam permanecer no ambiente educacional.

Tal apontamento mais uma vez afunilou na necessidade de ouvir e dar a palavra ao adolescente (como já apontado nos demais eixos). Assim, como estratégia de investigação deste diagnóstico, foi direcionado um roteiro semiestruturado específico para dirigir um grupo de conversa com estes adolescentes, que será apresentado no próximo subcapítulo. A rede ainda sugere que seria interessante para a escola ouvir os adolescentes enquanto “consumidores” de seu serviço, como forma de pensar meios de torná-la mais atrativa.

Destaca-se ainda como fragilidade a pouca oferta de contraturno escolar, o que gera uma certa ociosidade, e como consequência maior propensão ou suscetibilidade ao uso de drogas. Reconhecem que esta é uma questão que precisa ser analisada e pensada futuramente, já que a oferta de tais atividades além de auxiliarem na educação e no desenvolvimento da criança e do adolescente, também são formas de combate ao trabalho infantil e ao uso e tráfico de drogas.

Como principal desafio é pontuado a falta de participação da família e da desconstrução do papel de responsabilização dos pais e responsáveis, delegando a escola a educação de seus filhos. O resultado são crianças e adolescentes sem limites, que não respeitam a figura do professor (autoridade), que não sabem lidar com o “não” ou com frustrações e da falta de perspectiva, visão de mundo e de propósito, principalmente entre os adolescentes, contribuindo para o cenário do aumento de número de transtornos mentais – como ansiedade e depressão – e de automutilação e de tentativa de suicídio.

PROFISSIONALIZAÇÃO E PROTEÇÃO NO TRABALHO

Socialmente os representantes também compartilham da opinião de que é possível perceber uma mudança cultural positiva ao longo dos anos sobre a questão do trabalho infantil como algo benéfico. Os técnicos reforçam que a inserção do jovem e do adolescente no mercado de trabalho é fundamental e positiva quando em idade e nas condições permitidas por Lei, mas que além da comunidade ter pouco conhecimento sobre o assunto, as empresas da região dificilmente contratam jovens com menos de 18 anos.

Citam o Programa Jovem Aprendiz, reconhecido como o principal programa voltado para o público adolescente, é mencionado, todavia, reconhece que no Município o programa têm “pouco resultado”, em virtude da falta de adesão das empresas, do baixo número de vagas, e que o programa não alcança os adolescentes que mais necessitam dele, aqueles com histórico de vulnerabilidade ou desestruturação familiar, envolvimento com o tráfico de drogas, ou com histórico de infrequência, defasagem ou evasão escolar. Além do Programa Jovem Aprendiz, o Município também oferece o Projeto Esperançar (de iniciativa do CRAS), mas que em virtude na escassez de vagas, os participantes acabam desanimando e desistindo do programa/projeto, e como consequência tendem a buscar outras formas de inserção no mercado de trabalho, na informalidade, caracterizado como trabalho infantil.

5.2 A PERCEÇÃO DOS ADOLESCENTES INFREQUENTES E EVADIDOS DO AMBIENTE ESCOLAR

Veranópolis apresentou uma taxa de notificação de evasão e infrequência escolar (Indicador 41) de 32,2. Isto significa que a cada mil habitantes de 0 a 17 anos, 32,2 tiveram alguma notificação no ano de 2018 por deixar de frequentar ou abandonar o ambiente educacional. Tais números refletem um dos principais desafios do SGDCA a nível nacional, o de efetivar o direito a educação, garantindo que todas as crianças e adolescentes não só acessem, mas permaneçam na escola.

Apesar da atuação intersetorial integrada, das ações desdobradas no combate controle e monitoramento da impermanência escolar pela rede de atendimento, e dos resultados positivos alcançados com a implantação da FICAI no Estado do Rio Grande do Sul, os técnicos da rede de proteção municipal apontaram que sentem dificuldade na comunicação com esses adolescentes, em entender o motivo pelo qual não querem frequentar a escola e nem acessar outros serviços ao qual são encaminhados, como o CRAS.

E o desafio maior hoje, ao menos percebido pelo CRAS, é que a gente não está conseguindo ouvir esses adolescentes, não porque a gente não possibilite esse ouvir, mas porque os adolescentes não falam [...]. A gente não tem muito instrumento para trabalhar com os adolescentes, porque realmente não sabemos o que está faltando.

Assim, como forma de aprofundar e enriquecer a pesquisa e de investigar o problema apontado pelos técnicos, foi estruturada uma pesquisa com metodologia qualitativa para ser aplicada no espaço do CRAS, com adolescentes infrequentes ou evadidos do ambiente escolar, abordando temas como família, escola, trabalho, drogas, violência, ato infracional, perspectiva de futuro, dentre outros.

O roteiro da entrevista foi estruturado em três partes distintas, considerando a tríplice responsabilidade - da família, estado e sociedade - na defesa, proteção e promoção dos direitos da criança e do adolescente. Na Parte I foram realizadas perguntas que tratam do aspecto individual e familiar. Já na segunda parte foram realizadas perguntas com objetivo de investigar a percepção do adolescente em relação ao serviço escolar, e o foco da Parte III é identificar como e se o adolescente faz a ligação entre o ambiente escolar e a perspectiva de vida e de futuro.

A Ficha de Comunicação de Aluno Infrequente (FICAI) tem por objetivo a garantia da permanência escolar mobilizando as Unidades Educacionais (da rede pública e da privada), os Conselhos Tutelares, e o Ministério Público. Foi instituída a partir de 1997, posteriormente revisada e atualizada em 2011, e disponibilizada em meio eletrônico a partir de 2012. (MPRS, Disponível em: < <https://www.mprs.mp.br/hotsite/ficai/> >).

A seleção e convocação dos participantes ficou a critério dos técnicos do CRAS, em função de já possuírem vínculo com o público, todavia, a orientação era, além de explicar o objetivo do encontro o de desinstitucionalizá-lo, deixando claro tratar-se de algo voluntário e sigiloso, a ser realizado por uma empresa prestadora de serviço, e que eles não seriam identificados e os assuntos ali tratados não seriam divulgados. Ao todo foram 29 convites, todavia, participaram da pesquisa 8 adolescentes, com idade entre 12 e 17 anos, de ambos os sexos.

ASPECTOS INDIVIDUAIS E DE CONVIVÊNCIA FAMILIAR

Inicialmente é possível perceber que a maior parte dos entrevistados se conhecem ou possuem vínculos de amizade. Alguns inclusive dizem estudar ou já terem estudado juntos e, ao longo da conversa, vão se soltando e ficam à vontade para falar de sua intimidade no grupo.

Os arranjos familiares, isto é, a composição das famílias, assim entendidas como pessoas que convivem e habitam o mesmo lar, são bem variadas compostas por ambos os pais biológicos, todavia, a maior predominância é da configuração com a presença de madrasta ou padrasto ou de mães solas.

As relações dos adolescentes com a família variam muito de caso a caso, porém é perceptível as fragilidades de vínculos e relações. Alguns mencionam ter bom relacionamento com seus pais, de terem uma relação aberta com eles, enquanto a maior parte relata dificuldades na convivência e na comunicação, não sentindo-se a vontade para falar de sua intimidade e nem de assuntos como drogas, sexo, etc., e que preferem procurar amigos, outros parentes ou alguém de sua confiança para conversar sobre esses assuntos. Alguns mencionam que sentem inclusive falta de apoio, e que os pais tendem a criticar suas atitudes e decisões sem conversar com eles.

Por meio de suas falas é possível perceber que a maior parte das famílias é de baixa renda, que na maior parte os pais possuem baixa escolaridade, organizando-se como podem, tendo sido narrados inclusive situações em que foram vivenciadas carências e dificuldades financeiras.

Sobre a convivência familiar e a rotina em casa, os adolescentes reconhecem que têm responsabilidades e deveres a cumprir, mesmo que muitas vezes não gostem, mencionando inclusive que têm obrigações como limpar e organizar o quarto, auxiliar nas tarefas de casa e no cuidado com irmãos. Quando questionados se os pais tinham conhecimento das faltas ou do abandono escolar, a maior parte afirma que sim, e apenas duas adolescentes dizem que “matavam aula escondido dos pais”.

Dos 8 entrevistados, 7 relatam ter vivenciada alguma ou mais de uma situação de violência (física, psicológica ou sexual), 5 têm histórico de transtorno mental, como ansiedade ou depressão, e 1 caso de automutilação e de tentativa de suicídio. Chama a atenção e merece ser destacado que os casos de depressão e de violência sexual foram todos relatados pelas adolescentes do sexo feminino.

ASPECTOS SOCIAIS E DO AMBIENTE ESCOLAR

Sobre a percepção em relação a educação e à escola, no geral, os adolescentes relataram não se sentirem motivados a estudar. As causas são as mais variadas, compreendendo desde questões de saúde, de briga, desentendimento com professores exposição a situações vexatórias, falta de vontade, dentre outros. Todavia, a maior parte dos relativos e motivos alegados têm como gatilho em comum a falta de interesse ou a exposição social, de não se sentirem ouvidos ou acolhidos, tanto pelos colegas de turma como pela coordenação da escola.

A principal queixa dos adolescentes está na relação com os professores ou com a coordenação da escola, tendo sido relatados situações de abuso de autoridade, falta de paciência e da aplicação de meios corretivos desproporcionais, causando exposição a situações vexatórias. Todavia, os próprios adolescentes reconhecem que “não são fáceis” e que se fossem professores não aguentariam um dia dar aulas para eles mesmos.

“eu mataria todo mundo”

Com relação as aulas e a didática de ensino foram assinaladas a comunicação e a dificuldade por parte dos professores em transmitir e ensinar o conteúdo, e que alguns não os tratam com o devido respeito, já que autoridade é diferente de autoritarismos e alguns têm posturas abusivas. Fica claro que os adolescentes têm dificuldade em lidar com autoridade e hierarquia, pois se veem na mesma posição que os professores, e que seu desempenho e interesse pelas matérias está diretamente relacionada com a forma de ensino e didática do professor.

Também comentam que não são ouvidos em razão de seu histórico de “mau comportamento”, e que sentem excluídos e rotulados como “os que incomodam”, “os piores”, “os mais problemáticos e vive se metendo em problema”, e que por isso não se encaixam e que muitas vezes os professores não se dão ao trabalho de dar atenção a eles.

Aproveitando o gancho foi questionado sobre “como seria uma conversa em que eles se sentissem ouvidos”, e as repostas têm em comum a “empatia” como uma ferramenta para construir vínculos de confiança, de autoridade e respeito.

“é muito legal quando as professoras começam a conversar com a gente, contam as histórias”

O trabalho não possui relação direta com o abandono escolar, já que nenhum dos adolescentes ali presentes - incluindo aqueles que trabalham, ainda que informalmente - relata ter abandonado a escola ou de faltar em virtude de não conseguir conciliar estudo com trabalho. Grande parte dos adolescentes diz que voltaria a estudar no período noturno, alguns inclusive já tentaram pedir transferência, mas que não há vagas, já que são priorizados os alunos que estão trabalhando. Outros ainda comentam que estão esperando a idade para fazer o EJA (a partir dos quinze anos) ou de uma prova do “enseja” que dá o diploma de conclusão do ensino médio (a partir dos 18 anos).

“prefiro trabalhar a estudar”

“eu preferia trabalhar de manhã ou de tarde, e estudar de noite”

ASPECTOS SOCIAIS E A CONSTRUÇÃO DE PERSPECTIVA DE FUTURO

Conversando com os adolescentes sobre sua percepção de futuro não há um consenso entre eles. Alguns dizem nunca ter pensado sobre isso, não saberem quais são seus sonhos ou de ter uma perspectiva de futuro, enquanto outros fazem planos de viajar, de trabalhar ou ir morar em outra cidade.

Chama atenção que nenhum deles diz querer ter filhos ou construir uma família, e quando questionados sobre isso, dizem que filhos “dá muito trabalho”, e que talvez no futuro, mas que não querem isso agora. Também foi questionado se gostariam de seguir o exemplo dos pais, e nenhum deles afirma ter sua família como modelo de futuro, que planejam uma vida muito diferente, e alguns ainda complementam que “quanto mais distante, melhor”.

“meus pais não cultivaram uma semente dentre de mim”

“minha mãe fica falando que eu não vou ter futuro nenhum brigando por aí e ficando sem estudar”

Os entrevistados fazem a relação “escola versus futuro”, e comentam que têm planos de concluir o ensino médio, principalmente para conseguir melhores empregos. Uma das adolescentes inclusive relatar ter se arrependido de ter “largado” a escola, e que vai tem plano de voltar quando tiver idade para estudar a noite.

“nunca largue da escola, é a pior coisa que você pode fazer na vida”

“sem estudo não sou nada”

Sobre o tema trabalho comentam sobre a falta de oportunidade de emprego para adolescentes, principalmente de empregos formais. A maior parte (com predominância do sexo feminino) iniciou cedo a vida profissional, na faixa de 10 e 12 anos, na informalidade, fazendo “bicos” para ganhar dinheiro em atividades como cuidador de idosos, babá de crianças ou no ramo alimentício.

Quando questionados sobre o programa menor aprendiz, afirmam conhecer o programa, e comentam sobre a dificuldade de conseguir vaga, em função do baixo número de vagas oferecidos. Apenas uma das adolescentes já participou do programa e saiu em virtude do fim do seu contrato de trabalho

“no mercado tem um jovem aprendiz, então tú tem que sei lá, fazer de tudo para que aquela pessoa desista para conseguir uma vaga [risos]”

5.3 A CORRELAÇÃO DAS PRINCIPAIS FRAGILIDADES NA PERSPECTIVA DOS ATORES SOCIAIS COM OS NÚMEROS E INDICADORES APRESENTADOS

Panorama da Percepção da Rede de Atendimento	Panorama dos Indicadores e Estatísticas Complementares	Panorama da Pesquisa de Percepção com Adolescentes
<p>A importância do fortalecimento das relações, vínculos e do planejamento familiar, já que o enfraquecimento do papel das famílias no meio social tende a desencadear maior número nas demandas de atendimento e de serviço público na assistência social, na educação, saúde, segurança pública dentre outros. A rede comenta que a maior dificuldade no serviço socioassistencial é a falta de adesão das famílias demandatárias do serviço.</p>	<p>Nas denúncias de violação de direitos registradas pelo Conselho Tutelar 31,5% das ocorrências são em virtude e dificuldade ou inadequação do convívio familiar. Analisando os agentes violadores, a maior frequência é a mãe ou pai, com 86,8%, seguida da madrasta ou padrasto, com 3,5% e de outras pessoas com vínculo familiar, com 3,0%.</p>	<p>A pesquisa mostrou que menos de 10% dos entrevistados se sente bem cuidado ou acolhido no ambiente familiar. Mostrou ainda que em 21,9% das declarações de vivência de violência física, 33,3% de violência sexual, 58,3% de negligência e 8,6% de violência psicológica ocorreram em ambiente familiar. Por outro lado, 58,1% dos entrevistados disseram que procuraria a ajuda da família ou de familiares em situações de violência.</p>
<p>O Planejamento Familiar como uma oportunidade de fortalecer as histórias e vínculos, de reconhecer o papel dos pais, o conceito de família e os desafios na criação dos filhos. O objetivo é conciliar esta abordagem com as famílias e os adolescentes, de modo a propiciar uma reflexão sobre o futuro, abordando temas como sonhos, profissão, constituição de família, as consequências de ter filhos, entre outros, que possibilite a quebra do ciclo geracional de repetição. No Município estas ações são realizadas pela Atenção Básica.</p>	<p>Veranópolis apresenta uma proporção de nascidos vivos de mães adolescentes de 10,1%, número abaixo da média do Brasil (16,45%) e do Estado do RS (12,83%), segundo dados do Datasus, 2017. A faixa etária de mães entre 12 e 17 anos representa 3,9% do total de mulheres com nascidos vivos no ano de 2018. Das gestantes com número de pré-natal insuficiente, 12% é desta mesma faixa etária.</p>	<p>A pesquisa mostrou que 27% dos adolescentes não conversam sobre sexo. Para aqueles que falam sobre o assunto, 42,6% procura os amigos e 42,3% a mãe. Revela ainda, que cerca de 90% dos entrevistados declararam saber prevenir-se de IST e ter recebido orientação sobre o assunto. Entretanto, 23,6% daqueles que já tiveram relação sexual não usou preservativo na última relação, o que denota que este tema anda tem espaço para ser mais explorado.</p>
<p>Aumento dos registros de tentativa de suicídio e automutilação entre os adolescentes nos últimos anos. Tal tema é um grande desafio para a rede de atendimento e deve ser pensando de forma intersetorial, envolvendo o trabalho nas escolas, com as famílias e na saúde.</p>	<p>30,8% das notificações do SINAN violência ou acidentes são por lesões autoprovocadas. Todavia não foram registrados casos de morte autoprovocadas ou por causas externas.</p>	<p>Com base na pesquisa, 13,6% dos adolescentes entrevistados já praticaram ou praticam automutilação e 8,2% declararam já ter tentado suicídio. Quando questionados sobre como se sentem na maior parte do tempo, 30,4% declararam sentir-se ansioso e 12,2% tristes.</p>
<p>A importância e necessidade de ouvir crianças e adolescentes para pensar estratégias enquanto política pública, na proteção, defesa e promoção de seus direitos e deveres. A rede aponta a dificuldade em alcançar os adolescentes com histórico de infrequência e evasão escolar. Reforçam a importância em escutá-los e entender o que poderia tornar a escola e oficiais socioassistenciais (como o SCFV) mais atraentes e com maior adesão deste grupo.</p>	<p>Com base no censo escolar, a taxa de abandono no Município é de 5,4%. A infrequência, defasagem ou evasão do sistema escolar é a principal violação comunicada no eixo de educação, esporte, cultura e lazer (83,3%). A Escola e o Conselho Tutelar têm alto índice de retorno a escola nas FICAIs, com respectivamente 100% e 72,7%. Todavia, quando chega no Ministério Público (última instância), apenas 4,9% retornam.</p>	<p>Mais da metade dos entrevistados declarou não conhecer o ECA, e 63,9% o COMDICA. 20,5% não conversa com a família sobre assuntos como saúde, drogas, violência, sexualidade ou preconceito. A pesquisa também apontou que o cinema foi citado como a opção de lazer que os adolescentes mais sentem falta, assim como a prática de atividades esportivas e o acesso a cursos profissionalizantes foram as principais áreas de interesse declaradas.</p>

Panorama da Percepção da Rede de Atendimento	Panorama dos Indicadores e Estatísticas Complementares	Panorama da Pesquisa de Percepção com Adolescentes
<p>Atividades de contraturno escolar, como o período integral e a oferta de atividades de esporte, cultura e de profissionalização são estratégias eficazes para o desenvolvimento de crianças e adolescentes, para o combate ao trabalho infantil e a repetição de ciclos geracionais de vulnerabilidade social.</p>	<p>No município, 41,8% dos adolescentes estão envolvidos em atividades culturais ou esportivas, seja de iniciativa público, privada ou não governamental. Em Veranópolis o SCFV é custeado pelo município por não estar enquadrado nos moldes da Resolução CIT nº 01/2013, e, portanto, não recebe recurso federal para seu cofinanciamento, o que representa uma oportunidade de expansão do serviço.</p>	<p>A pesquisa se preocupou em investigar áreas de interesse dos adolescentes para participar de oficinas e cursos, por tipo de atividade e modalidade. As atividades esportivas (38,9%) e cursos profissionalizantes (34,9%), aulas de luta (29,3%) e curso de informática (27,0%) são as mais citadas.</p>
<p>A rede reconhece que há subnotificação das situações de violação de direito, e que é necessário realizar um trabalho informativo junto às famílias e às crianças e adolescentes.</p>	<p>Os bancos de dados da rede de atendimento possuem uma grande variação nos números. No Conselho Tutelar foram registrados 158 fatos de violação por violência de qualquer natureza, enquanto na delegacia foram apenas 16 boletins de ocorrência registrados. Já no SINAN, foram 26 agravos por violência ou acidentes. Já na rede socioassistencial (CREAS), considerando os motivos de acompanhamento, são 71.</p>	<p>A pesquisa é auto declaratória, e uma das perguntas é direcionada a saber se o entrevistado já sofreu ou sofre algum tipo de violência. Os resultados mostram que 39,5% já sofreram violência psicológica/bullying, 18,2% violência física, 3,4% violência sexual, e 3,4% negligência.</p>
<p>Dificuldade em trabalhar com os jovens envolvidos com drogas – seja para consumo ou para o tráfico – e não sabe como alcançá-los e comunicar-se com eles para auxiliá-los na conscientização sobre a nocividade da drogadição e na construção de uma nova perspectiva de vida.</p>	<p>A posse de drogas para consumo é o segundo principal ato infracional praticado por adolescentes (14,3%). Dentre os motivos que levaram ao acompanhamento das famílias no PAEFI, o uso de álcool ou drogas dos pais ou responsáveis é o terceiro motivo com maior incidência, com 25%.</p>	<p>Segundo a pesquisa 46,6% dos entrevistados conversa sobre drogas com a família. Sobre a utilização de drogas ilícitas, destaca-se que a maconha (15,1%) e drogas sintéticas (7,7%) com maior número de citações de uso. Mostrou ainda que 5,4% declararam já ter entregado algum tipo de droga ilícita em troca de dinheiro.</p>
<p>A rede reconhece que no Município o programa Jovem Aprendiz tem “pouco resultado”, em virtude da falta de adesão das empresas, do baixo número de vagas, e que o programa não alcança os adolescentes que mais necessitam dele, aqueles com histórico de vulnerabilidade ou desestruturação familiar, ou ainda aqueles com envolvimento com o tráfico de drogas, ou com histórico de infrequência, defasagem ou evasão escolar.</p>	<p>Além do Programa Jovem Aprendiz, o Município também oferece o Projeto Esperançar (de iniciativa do CRAS), mas que em virtude da escassez de vagas, os participantes acabam desanimando e desistindo do programa/projeto, e como consequência tendem a buscar outras formas de inserção no mercado de trabalho, ainda que seja na informalidade. Analisando os dados da RAIS, 75,7% das cotas de vaga no mercado para o programa jovem aprendiz são preenchidas.</p>	<p>A pesquisa de percepção com adolescentes mostra que 69,3% dos entrevistados trabalham, dos quais 60,7% em situação regular com contrato de trabalho formalizado. Das situações de trabalho, o contrato de aprendizagem representa 36,4% das contratações. O principal motivo alegado pelos adolescentes em situação de trabalho é para ter seu próprio dinheiro. A pesquisa revela ainda que 30,8% dos adolescentes não possuem vínculo formal de trabalho. Analisando a idade, 18,8% dos que trabalham possuem menos de 14 anos, idade não alcançada pelo programa de aprendizagem.</p>



PARTE IV

A quarta contempla o plano decenal dos direitos da criança e do adolescente do município de Veranópolis, incluindo aspectos introdutórios e de contextualização, o acompanhamento, monitoramento e avaliação, e também a metodologia para sua elaboração.

6. INTRODUÇÃO AO PLANO DECENAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE

A legislação brasileira traz, no seu arcabouço, vários instrumentos para garantir os direitos e a proteção das crianças e adolescentes. A própria Constituição Federal Brasileira de 1988 determina que haja prioridade absoluta na proteção da infância e na garantia de seus direitos que, além do Estado, também exige da família e da sociedade o amparo.

A criança e ao adolescente gozam de todos os direitos fundamentais inerentes à pessoa humana, sem prejuízo da proteção integral de que trata esta Lei, assegurando-lhes, por lei ou por outros meios, todas as oportunidades e facilidades, a fim de lhes facultar o desenvolvimento físico, mental, moral, espiritual e social, em condições de liberdade e dignidade” (Lei federal 8069/90, Art. 3º)

O Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA, aprovado pela Lei nº 8.069/1990 é considerado um marco na proteção da infância e tem como base a doutrina de proteção integral, reforçando a ideia de prioridade absoluta inserida na Constituição. O ECA traz no seu bojo como direitos fundamentais, o direito à vida e à saúde; direito à liberdade, respeito e à dignidade; direito à convivência familiar e comunitária; direito à educação, à cultura ao esporte e ao lazer e direito à profissionalização e à proteção no trabalho.

Para Veronese (1997):

[...] o Estatuto da Criança e do Adolescente tem a relevante função, ao regulamentar o texto constitucional, de fazer com que esse último não se constitua em letra morta. No entanto, a simples existência de leis que proclamem os direitos sociais, por si só não consegue mudar as estruturas. Antes há que conjugar aos direitos uma política social eficaz, que de fato assegure materialmente os direitos já positivados. (VERONESE, 1997)

Nesse sentido, afirma Veronese (1997) que o surgimento de uma legislação que se ocupasse seriamente dos direitos da infância e da adolescência era de caráter imprescindível, pois havia uma necessidade fundamental de que estes passassem da condição de menores para a de cidadãos.

Para Custódio, o Direito da Criança e do Adolescente surge no cenário brasileiro com o necessário reconhecimento de direitos fundamentais à população infanto-juvenil atribuindo a estes o status de prioridade absoluta. Para que uma declaração de tal magnitude e abrangência não ficasse tão somente no plano discursivo, o Estatuto da Criança e do Adolescente, como norma disciplinadora da teoria da proteção integral previu um reordenamento político e institucional que resultou na criação do sistema de garantias de direitos da criança e do adolescente. (CUSTÓDIO, 2009).

Destarte, o Estatuto da Criança e do Adolescente, traz no seu bojo, os direitos das crianças e adolescentes e norteia a política de atendimento, tendo quatro linhas de ações, expressas no Artigo 87 da referida lei:

- 1) Políticas sociais básicas de caráter universal, como saúde, educação, alimentação, moradia, etc.;

- 2) Políticas de programas de assistência social, de caráter supletivo, para aqueles que delas necessitem;
- 3) Políticas de proteção, que representam serviços especiais de atendimento médico e psicossocial às vítimas de negligência, maus tratos, exploração, abuso e opressão [...]; serviços de identificação e localização de pais, responsáveis, crianças e adolescentes desaparecidos;
- 4) Políticas de garantias de direitos, que representam as entidades e os aparatos jurídicos e sociais de proteção dos direitos individuais e coletivos da infância e juventude.

É evidente, que o Estatuto da Criança e do Adolescente vem trazer de forma definitiva a inclusão de crianças e adolescentes no âmbito das políticas públicas de forma integral, fortalecido através da consolidação do sistema de garantia de direitos, por meio da Resolução 113 do Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente – CONANDA.

Para Custódio (2006), pode-se perceber que o sistema de garantia de direitos consiste num importante instrumento de transformação da realidade social de muitas crianças e adolescentes e, para isso, é imprescindível a tomada de consciência e o exercício de novas práticas emancipatórias, que venham a garantir de fato a prioridade absoluta.

Nesse sentido, temos que alongar nosso olhar e entender que é indispensável a implantação de políticas públicas que atendam crianças e adolescentes nas demandas próprias do seu desenvolvimento, atingindo de igual forma suas famílias e o contexto do social em que habitam. Por outro lado, entendemos que uma das maiores dificuldades, para que os municípios implantem políticas públicas eficazes na área da criança e do adolescente, é a ausência de um planejamento bem estruturado com base em dados científicos, ou seja, um diagnóstico social, cujos indicadores sociais retrate e evidencie as maiores vulnerabilidade e ameaças de violações dos direitos da criança e do adolescente, assim como também destaque as potencialidades de cada região/território, e que seja propositivo na definição de programas e projetos para mudar a realidade de crianças e adolescentes daquela região. Somente dessa forma torna-se possível a mobilização dos órgãos dos poderes públicos e da sociedade civil na priorização de recursos para o público infante juvenil.

Neste contexto, o diagnóstico social da criança e do adolescente do Município de Veranópolis, idealizado pelo COMDICA – Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, tendo como fundamentos normativos a Resolução do CONANDA n. 171, de 04 de dezembro de 2014, o qual foi desenvolvido com o objetivo de conhecer a realidade da infância e juventude do município, bem como conhecer as instâncias governamentais e não governamentais na formulação e execução de suas políticas e programas, que servirão como base para a construção do Plano Decenal da Criança e do Adolescente de Veranópolis, contribuindo para a melhoria e qualidade do atendimento às crianças e adolescentes no âmbito municipal.

Destaca-se que, após a aprovação se constituirá em uma ferramenta para o Administração Pública de Veranópolis, assim como para o COMDICA e para a sociedade civil em geral, monitorar e avaliar as políticas públicas voltadas ao público da criança e do adolescente para a próxima década, com o intuito de garantir a efetividade dos direitos preconizados pela legislação vigente. É importante considerar que o documento será estruturado com os dados apresentados pelos indicadores do Diagnóstico da Criança e do Adolescente, tendo como fundamento principal a Lei 8069/90 – Estatuto da Criança e do Adolescente-ECA, e é resultado de um processo participativo de elaboração conjunta, envolvendo representantes de todas as Secretarias Municipais e da sociedade civil organizada.

Este trabalho em conjunto, integrado e comprometido, contendo ações estratégicas e monitoramento do resultado, visa a melhorar a qualidade de vida de nossas crianças e adolescentes, objetivando que crianças e adolescentes de todo o Município tenham seus direitos garantidos, além de promover constantes debates com a participação de todos os atores a partir da discussão dos objetivos, metas e ações elencadas, possibilitando principalmente a construção coletiva das diretrizes norteadoras no que tange a avaliação, implantação e implementação da política no município de Veranópolis com prioridade para a:

- a) Concretização da Doutrina da Proteção Integral e da Prioridade Absoluta das crianças e adolescentes;
- b) Defesa dos interesses e trato de todas as crianças e adolescentes com respeito e dignidade;
- c) Criar condições para que crianças e adolescentes sejam tratados como sujeitos de direitos, garantindo o pleno desenvolvimento;
- d) Garantia do acesso universal ao atendimento conforme as peculiaridades e especificidades de cada criança e adolescente;
- e) Preservação dos vínculos familiares e comunitários.

Logicamente que não se pode findar o estudo e ações de garantia e promoção de direitos às crianças e adolescentes no município, mas sim, promover constantes debates e promover a participação de todos a partir da discussão dos indicadores, metas e ações elencadas, possibilitando, principalmente, a construção coletiva das diretrizes norteadoras para a Política Municipal na área da criança e do adolescente do município de Veranópolis.

6.1 PLANO DECENAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE DO MUNICÍPIO DE VERANÓPOLIS

O Plano Decenal da Criança e do Adolescente, traz no seu bojo, um compromisso de toda a sociedade com os detentores desses direitos emanados no ECA, além de servir como instrumento político para a oferta, execução e monitoramento de políticas públicas para a gestão municipal e para as entidades que operam o sistema de garantir de direitos, pois apresenta propostas de ação, com compromissos, objetivos, metas, prazos de execução e responsabilidades.

Como já abordando anteriormente, sua principal finalidade é orientar o poder público na implementação de políticas públicas que efetivamente venham garantir os direitos infanto-juvenis, além de trazer subsídios para os governos municipais na efetivação de ações e articular as várias políticas setoriais voltadas aos direitos de crianças e adolescentes a partir de princípios, entendidos como valores universais e permanentes, valorizados e incorporados pela sociedade. Estes princípios conformam a base da Política e são inegociáveis, uma vez que refletem as premissas da Convenção sobre os Direitos da Criança e de outros acordos internacionais das Nações Unidas na área, da carta constitucional brasileira e do Estatuto da Criança e do Adolescente-ECA. (CONANDA 2011), como vemos a seguir:

I. Universalidade dos direitos com equidade e justiça social

Todos os seres humanos são portadores da mesma condição de humanidade; sua igualdade é a base da universalidade dos direitos. Associar à noção de universalidade as de equidade e justiça social significa reconhecer que a universalização de direitos em um contexto de desigualdades sociais e regionais implica foco especial nos grupos mais vulneráveis;

II. Igualdade e direito à diversidade

Todo ser humano tem direito a ser respeitado e valorizado, sem sofrer discriminação de qualquer espécie. Associar a igualdade ao direito à diversidade significa reconhecer e afirmar a heterogeneidade cultural, religiosa, de gênero e orientação sexual, físico-individual, étnico-racial e de nacionalidade, entre outras;

III. Proteção integral para a criança e ao adolescente

A proteção integral compreende o conjunto de direitos assegurados exclusivamente a crianças e adolescentes, em função de sua condição peculiar de pessoas em desenvolvimento. São direitos específicos que visam assegurar, a esses grupos etários, plenas condições para o seu desenvolvimento integral;

IV. Prioridade absoluta para a criança e ao adolescente

A garantia de prioridade absoluta assegurada a crianças e adolescentes implica a sua primazia em receber socorro, proteção e cuidados, bem como a sua precedência no atendimento e preferência na formulação e execução de políticas e ainda na destinação de recursos públicos;

V. Reconhecimento de crianças e adolescentes como sujeitos de direitos

O reconhecimento de crianças e adolescentes como sujeitos de direitos significa compreendê-los como detentores de todos os direitos da pessoa humana, embora o exercício de alguns seja postergado. A

titularidade desses direitos é plenamente compatível com a proteção integral, esta sim devida apenas a eles;

VI. Descentralização político-administrativo

A Constituição Federal de 1988 elevou os municípios à condição de entes federados e estabeleceu novo pacto federativo, com base na descentralização político-administrativo e na corresponsabilidade entre as três esferas de governo para a gestão e o financiamento das ações;

VII. Participação e controle social

A participação popular organizada na formulação e no controle das políticas públicas de promoção, proteção e defesa dos direitos da criança e do adolescente está prevista na Constituição Federal e no Estatuto da Criança e do Adolescente; seus espaços preferenciais de atuação são os conselhos dos direitos e o processo de conferências;

VIII. Intersetorialidade e trabalho em rede

A organização das políticas públicas por setores ou segmentos impõe a adoção da ótica intersetorial e de trabalho em rede para compreensão e atuação sobre os problemas, o que está previsto no ECA ao estabelecer que a política será implementada por meio de um conjunto articulado de ações governamentais e não governamentais no âmbito da União, dos Estados, Distrito Federal e Município.

E, seguindo orientações do CONANDA, o Plano Decenal deverá buscar, de forma articulada, contribuir decisivamente para o planejamento público, mesmo que o país já venha acumulando experiências de elaboração de planos decenais em vários setores, a edição de um Plano Decenal dos Direitos Humanos de Crianças e Adolescentes (CONANDA 2011), traz no seu bojo, uma iniciativa altamente participativa.

O CONANDA também definiu que a Política Nacional dos Direitos Humanos de Crianças e Adolescentes será estruturada em cinco eixos orientadores: **Promoção dos Direitos, Proteção e Defesa dos Direitos, Participação de Crianças e Adolescentes, Controle Social para a Efetivação dos Direitos e Gestão da Política**, sendo que os três primeiros estão voltados para a realização de ações-fim e os outros dois para ações-meio, necessárias, para o funcionamento do Sistema de Garantia dos Direitos. (CONANDA 2011).

6.1.1 Acompanhamento, Monitoramento e Avaliação

Todos os indicadores do Plano, que serão elencados a partir do diagnóstico social, idealizado pelo COMDICA, apresentam um conjunto de dados e informações, em forma de números, portanto expressando valores, que apontam, medem e mensuram determinada realidade que deverá ser trabalhada, estabelecendo objetivos, ações, indicadores de monitoramento, prazos e responsabilidades, em cada região ou localidade do Município.

Nesse sentido, o monitoramento do Plano Decenal será uma etapa muito importante para acompanhar as metas e prazos de execução, como também a implementação das ações, visando mensurar se os resultados esperados foram alcançados com relação à efetivação dos direitos das crianças e dos

adolescentes. Portanto há a necessidade de atividades de acompanhamento, monitoramento e avaliação bem estruturadas e desenvolvidas por equipe técnica de cada órgão envolvido, coordenado pelo COMDICA, indicando responsabilidades, conforme estabelecidas nos objetivos do Plano, chamando também a sociedade civil organizada para contribuir na elaboração e posterior monitoramento das ações direcionadas à efetivação dos direitos das crianças e dos adolescentes, o acompanhamento deverá ser entendido como um processo permanente, que ocorrerá durante todo o período de execução do Plano Decenal. E, por fim, entendemos que as atividades de monitoramento e avaliação deverá ser capaz de identificar as dificuldades e avanços relacionados a execução das ações elencadas no Plano Decenal, pois só assim garantirá políticas públicas na área da criança e adolescente mais eficazes, que realmente transformam realidades.

6.1.2 Metodologia para elaboração do Plano Decenal de Veranópolis

Considerando a importância que o diagnóstico social tem na transformação das relações da rede de atendimento, não há como construir um Plano Decenal da Criança e do Adolescente sem ter conhecimento das áreas da saúde, educação, esporte cultura e lazer, convivência com a família, profissionalização, proteção no trabalho e ainda, das percepções dos técnicos da rede de atendimento e dos principais atores deste projeto, as crianças e adolescentes. A partir das informações disponíveis neste projeto de pesquisa é possível planejar assertivamente o plano de ação.

O início da construção do Plano Decenal de Veranópolis foi por meio da apresentação dos principais indicadores, por eixo de direito do ECA, extraídos do diagnóstico social e coordenada pela empresa Painel Pesquisas que, por meio de oficina, onde participaram os membros da comissão municipal responsável pelo diagnóstico e de diversos atores sociais de todo o Município. Nesta oficina foi utilizada a técnica da participação coletiva que possibilita a construção de uma análise conjunta, onde cada participante pôde expressar suas ideias, de modo a contribuir na construção do **Plano Decenal dos Direitos da Criança e do Adolescente do Município de Veranópolis**, apresentado nos quadros a seguir. Em novas reunião/oficina, agora de responsabilidade do COMDICA, os representantes do município voltam a se reunir e analisam as contribuições anteriores e constroem novas propostas, pautando-se sempre nos indicadores do diagnóstico para o Plano Decenal.

Como o próprio plano identifica, em dez anos-2020 a 2030, teremos os seguintes prazos:

Curto	2020	2023
Médio	2023	2026
Longo	2026	2030

I. Eixo de direito: Do Direito à Vida e Saúde

Objetivo	Ações	Metas	Prazo de Execução	Responsável	Corresponsáveis	Eixo Diretrizes Nacionais
1. Prevenir e diminuir casos de automutilação e tentativas de suicídio	1.1. Instrumentalizar os alunos quanto a reconhecer fatores de risco que os levam a desenvolver transtornos mentais	Atingir todas as escolas municipais e estaduais de 5º até o 9º ano	Curto Prazo	Secretaria da Saúde	Secretaria da Educação Secretaria de Desenvolvimento social	Promoção de Direitos
	1.2. Ampliar visitas às comunidades/bairros, com equipe multidisciplinar, para conhecer a realidade local	Contratação de um profissional de saúde para trabalhar nas escolas	Permanente			
	1.3. Fomentar ações intersetoriais de apoio e intervenção em território junto a famílias e a comunidade local		Curto Prazo			
2. Reduzir gravidez na adolescência	2.1. Desenvolver campanhas e ações preventivas sobre sexualidade	Capacitar 100% dos agentes	Médio Prazo	Secretaria da Saúde, Desenvolvimento social	COMDICA	Promoção, Proteção de Direitos
	2.2. Capacitar agentes de saúde para auxiliar as famílias com adolescentes grávidas					
	2.3. Desenvolver ações, campanhas e grupos focais no que tange ao planejamento familiar para diminuir a incidência de gestação não planejada	Realizar palestras aos alunos de 7ª, 8ª e 9ª nas escolas da Rede Pública				
	2.4. Implantar projeto de debate nas escolas sobre sexualidade					
3. Melhorar o índice de atendimento de pré-natal	3.1. Estimular a participação das gestantes nos grupos de acompanhamento de pré-natal 3.2. Realizar oficinas e palestras em articulação com a Rede de Proteção	Aumentar em 50% o atendimento de pré-natal	Curto Prazo	Secretaria da Saúde	Educação, Rede de Proteção	Promoção de Direitos
4. Qualificar e potencializar a rede de atendimento à	4.1. Capacitar a rede quanto as situações de violência contra a criança e ao adolescente, e as formas de notificação e identificação	Capacitar 100% dos profissionais que atuam na rede	Médio Prazo Permanente	Secretaria do Desenvolvimento Social	COMDICA CT Secretaria da Saúde	Promoção, Proteção de Direitos

criança e ao adolescente sobre situações de violência	4.2. Ampliar ações, serviços e parcerias para acompanhamento em saúde de situações envolvendo violência contra a crianças e os adolescentes	Fomentar ações intersetoriais no território para a prevenção às violências	Curto prazo	Secretaria da Saúde	Social, da Educação e Conselho Tutelar	Promoção de Direitos
5. Oferecer atendimento especializado às Crianças e adolescentes com deficiência	<p>5.1. Disponibilizar recursos humanos e atendimentos específicos para as diversas deficiências</p> <p>5.2. Oferecer atendimentos de reabilitação e habilitação, com suporte às famílias</p> <p>5.3. Proporcionar infraestrutura adequada para o atendimento</p> <p>5.4. Oferecer transporte adequado para as famílias, principalmente área rural</p> <p>5.5. Conveniar com as entidades que prestam serviços especializados a crianças e adolescentes com deficiências, nas áreas da saúde, educação e desenvolvimento social</p>	Alcançar 80% do público alvo	Longo Prazo	Secretaria da Saúde, Educação e Desenvolvimento Social	APAE	Promoção, Proteção de Direitos
6. Implementar ações de prevenção, detecção e aconselhamento das DST/AIDS	<p>6.1. Manter campanhas nas escolas e nas comunidades para orientar sobre DST destinada aos adolescentes</p> <p>6.2. Desenvolver ações de prevenção oferecendo atividades educativas para a construção coletiva e o fortalecimento de vínculos entre professores, alunos e famílias</p>	100% da demanda	Médio Prazo	Secretaria da Saúde	COMDICA Conselho Tutelar Secretaria Educação	Promoção de Direitos
7. Identificar as gestantes em situação de vulnerabilidade social	7.1. Criar mecanismos para monitorar o acompanhamento das gestantes em situações de rompimento de vínculos familiares, drogadição e em situação de rua	Atingir 80% de acompanhamento das famílias	Médio Prazo	Secretaria da Saúde e Desenvolvimento Social	Conselho Tutelar, Educação e COMDICA	Promoção de Defesa

<p>8. Identificar as demandas de atendimento para crianças e adolescentes usuárias de álcool e outras drogas</p>	<p>8.1. Identificar o perfil de crianças e adolescentes usuários de álcool e drogas no município 8.2. Conscientizar sobre uso dessas substâncias</p>	<p>Atingir a demanda em 80%</p>	<p>Curto Prazo</p>	<p>Secretaria da Saúde e Conselho Tutelar</p>	<p>Secretaria do Desenvolvimento Social</p>	<p>Promoção, Proteção de Direitos</p>
<p>9. Intensificar a Vigilância em Saúde, reduzindo os riscos e agravos à saúde da criança e adolescente</p>	<p>9.1. Ampliar ações de prevenção por meio de palestras para os adolescentes e divulgações sobre DSTs nos meios de comunicação 9.2. Ampliar a oferta a realização de testes de HIV/Sífilis/Hepatite B e C aos adolescentes 9.3. Consolidar estratégia de prevenção à ocorrência de agravos que possam provocar o rompimento de vínculos familiares e sociais dos usuários, mediante a promoção da garantia de direitos, o desenvolvimento de mecanismos de inclusão social (Fonte: Plano Municipal de Assistência Social) 9.4. Melhorar o acesso do adolescente aos serviços de saúde, com aspecto de promoção da saúde integral (sexual, reprodutiva, violência intrafamiliar garantindo o sigilo)</p>	<p>Atingir 100% das comunidades</p> <p>Atingir 100% da demanda identificada</p>	<p>Médio Prazo</p>	<p>Secretaria da Saúde Secretaria de Desenvolvimento Social</p>	<p>CT COMDICA</p>	<p>Promoção de Direitos</p>
<p>10. Criar mecanismos de orientação da população referente aos serviços ofertados na área da saúde</p>	<p>10.1. Elaborar um cronograma de divulgação de campanhas e eventos alusivos 10.2. Criar cartilhas com informações e disponibilizar para a população nos serviços de saúde</p>	<p>Atingir 70% da população usuária</p>	<p>Permanente</p>	<p>Secretaria da Saúde</p>	<p>Rede Socioassistencial, CT, COMDICA</p>	<p>Promoção de Direitos</p>

II. Eixo de direito: Do Direito à Liberdade, ao Respeito e a Dignidade

Objetivo	Ações	Metas	Prazo de Execução	Responsável	corresponsáveis	Eixo Diretrizes Nacionais
1. Desnaturalizar a violência como forma de educação e de resolução de conflitos	1.1. Criar grupos no PAIF para abordar o tema “fortalecimento de vínculos familiares”	Encontros, no mínimo, três vezes por semana	Curto Prazo	Secretaria de Desenvolvimento Social	Secretaria da Educação, CRAS, CREAS, Profissionais convidados	Promoção de Direitos
	1.2. Fortalecer o Dia Mundial da Diversidade Cultural (21 de maio)	Realizar pelo menos uma ação específica em dez encontros, atingindo 100% das escolas	Permanente			
	1.3. Atuar preventivamente para coibir o abuso sexual de crianças e adolescentes por meio de Projeto desenvolvidos dos anos iniciais					
2. Fortalecer as relações familiares saudáveis com intuito de prevenir a negligência por parte dos pais	2.1. Realizar encontros com os pais na entrega da primeira avaliação escolar dos alunos do Ensino Fundamental, abordando o tema “comunicação não violenta”	No primeiro ano (2020) escolas dos grupos 1 e 2	Permanente	Secretaria de Desenvolvimento social	Secretaria da Educação, CRAS, CREAS, Profissionais convidados	Promoção e Proteção de Direitos
		No segundo ano (2021) escolas dos grupos 3 e 4				
3. Fortalecer as políticas públicas de garantia de proteção aos direitos humanos de crianças e adolescentes	3.1. Realizar debates no que tange à prevenção e enfrentamento as violências, preconceito e discriminações	Redução das manifestações de violência no ambiente escolar	Médio Prazo	Secretaria de Desenvolvimento social	COMDICA	Promoção e Proteção de Direitos
	3.2. Divulgar os canais de denúncia em relação às situações de risco e violência	Attingir 100% dos alunos	Longo Prazo			
	3.3. Garantir a oferta de atenções e acompanhamentos a adolescentes e jovens em cumprimento de medidas socioassistenciais (Fonte: Plano Municipal de Assistência Social)	Attingir 100% da demanda identificada	Permanente			
4. Oportunizar as crianças e adolescentes o conhecimento acerca	4.1. Elaborar material pedagógico com estudos do ECA e da CF/88 junto aos	Divulgar o material à comunidade em meio eletrônico	Médio Prazo	Secretaria de Desenvolvimento social	COMDICA, CT,	Promoção e Proteção de Direitos, Participação de

de seus direitos e deveres conforme preceitua o ECA	alunos do Ensino Fundamental e anos finais.	Realizar uma oficina por escola	Permanente			crianças e adolescentes
5. Realizar ações com intuito de esclarecer o papel do CT e sua atuação na comunidade	5.1. Oferecer palestras informativas nas escolas e comunidades sobre o papel do CT e do COMDICA	Atingir 100% das comunidades	Curto Prazo	COMDICA, CT	Secretaria de Desenvolvimento social	Promoção de Direitos
6. Acesso à educação permanente dos conselheiros tutelares e conselheiros de direito (Plano de educação permanente)	6.1. Oferecer qualificação presencial de forma a acompanhar a efetividade das capacitações	Atingir 100% dos conselheiros tutelares	Médio Prazo Permanente	Secretaria de Desenvolvimento social	COMDICA	Controle Social para a Efetivação dos Direitos
7. Implantar e implementar políticas públicas de garantia de proteção aos direitos humanos de crianças e adolescentes no âmbito da comunidade escolar	7.1. Realizar debates sobre a prevenção e enfrentamento de violências 7.2. Divulgar os canais de denúncia em relação às situações de risco e violência	Atingir 100% dos alunos	Longo Prazo	Secretaria de Desenvolvimento social	COMDICA	Promoção de Direitos
8. Promover articulação entre os órgãos para atuarem em eventos, visando à proteção e prevenção a violações de direitos de crianças e adolescentes	8.1 Atuar de forma integrada nos eventos de médio e grande porte do município, conforme definição de fluxo entre as secretarias	Conforme demanda e calendário de eventos		Todas as secretarias	CT, COMTIBA	Defesa de Direitos

III. Eixo de direito: Do Direito à Convivência Familiar e Comunitária

Objetivo	Ações	Metas	Prazo de Execução	Responsável	Corresponsáveis	Eixo Diretrizes Nacionais
1. Ampliar a adesão das famílias quanto aos serviços, programas e projetos ofertados pelo PAIF e PAEFI	1.1. Adquirir meio de transporte próprio para facilitar o acesso coletivo das famílias	Alcançar 100% do valor necessário para a compra do veículo	Curto Prazo	Secretaria de Desenvolvimento social	CRAS, CREAS Secretaria da Saúde, Educação, Serviços de transporte	Promoção de Direitos Gestão da Política
	1.2. Articular e fortalecer a comunidade para o exercício de liderança	Realizar um encontro a cada seis meses				
	1.3. Realizar parceria com os agentes comunitários de saúde (ACS) no sentido de auxiliar nesta adesão	Atingir 50% dos ACS com reuniões periódicas				
		ISENTAR 100% das famílias que aderirem as vagas do pagamento do transporte				
	1.4. Disponibilizar vale transporte às famílias que apresentam dificuldades econômicas ou de locomoção para se dirigirem aos serviços ofertados					
	1.5. Desenvolver ações nas seis regiões definidas no diagnóstico	Promover, no mínimo, uma ação por ano nos bairros mais vulneráveis				
1.6. Conhecer a situação familiar das crianças e adolescentes em seu contexto sociocultural e econômico identificando os fatores que ameacem a convivência familiar e comunitária						
2. Garantir o direito à convivência Familiar e comunitária de crianças e adolescentes em situação de suspensão do poder familiar	2.1. Instituir o programa Família Acolhedora no município de Veranópolis	Realizar os trâmites legais para implantação do programa	Médio Prazo e Permanente	Secretaria de Desenvolvimento social	CREAS, Poder Judiciário	Promoção e Proteção de Direitos, Gestão da Política
	2.2. Instrumentalizar famílias que tenham interesse em participar do programa	Habilitar, no mínimo, cinco famílias				
	2.3. Organizar reuniões entre os órgãos de atendimento do SGDCA	Realizar reuniões bimestrais				

	<p>2.4. Garantir a oferta permanente do acolhimento de crianças e adolescentes afastados da família por medida de proteção, em residência de família acolhedora previamente cadastrada, até que seja possível o retorno à família de origem, ou, na sua impossibilidade, o encaminhamento para adoção (Fonte: Plano Municipal de Assistência Social)</p> <p>2.5. Garantir a oferta de serviços de acolhimento para crianças e adolescentes em diferentes equipamentos, públicos ou conveniados – (abrigo institucional, casa lar, etc.), <i>(Fonte: Plano Municipal de Assistência Social)</i></p>	Atingir 100% da demanda identificada				
<p>3. Captar recurso via FIA para financiar projetos previstos no plano de ação do Diagnóstico Social</p>	<p>3.1. Desenvolver ações de divulgação do FIA e a forma de doação</p> <p>3.2. Publicar um edital de financiamento de projetos, indicando as áreas de financiamento</p> <p>3.3. Criar uma comissão de avaliação dos projetos</p>	Aumentar a arrecadação do FIA em 50%	Curto Prazo	COMDICA e Secretaria de Desenvolvimento Social	COMDICA	<p>Controle Social para a Efetivação dos Direitos e</p> <p>Promoção dos Direitos</p>
Atingir 30% das entidades	Médio Prazo	<p>Controle Social para a Efetivação dos Direitos, Promoção de Direitos</p>				
<p>4. Criar projeto de capacitação à comunidade e aos profissionais que atuam no SGD em relação ao ECA e demais leis sobre direitos da criança e do adolescente</p>	<p>4.1. Realizar oficinas, palestras, grupos de estudo temáticos</p> <p>4.2. Oferecer suporte emocional aos profissionais, por meio de avaliação psicológica e terapias</p> <p>4.3. Identificar e apontar potencialidades e fragilidades dos territórios para a busca de soluções e encaminhamentos das situações</p>	Atender 100% dos profissionais	Permanente	Secretaria de Desenvolvimento Social COMDICA	Secretaria da Educação, CRAS, CREAS, CT, Profissionais convidados	<p>Controle Social para a Efetivação dos Direitos, Promoção de Direitos</p>

5. Incentivar o protagonismo de crianças e adolescentes por meio da participação nos espaços de convivência e de construção da cidadania como: praças ginásios e outros	5.1. Realizar mostra de talentos com a participação de criança e adolescentes, apresentando seus trabalhos	Realizar, pelo menos, uma amostra a cada ano	Médio Prazo	Secretaria de Desenvolvimento Social, COMDICA	Secretaria Municipal da Educação, CT	Promoção de Direitos
	5.2. Criar mecanismos para reconhecer e valorizar as aptidões das crianças e adolescentes	Atingir 50% dos alunos do ensino médio				
6. Implantar o Fórum Permanente do Sistema de Garantia de Direitos da Criança e do Adolescente	6.1. Realizar encontros mensais para discutir temas em relação ao direito da convivência familiar e comunitária	Garantir a participação de, no mínimo, 15 adolescentes a cada encontro	Curto Prazo Permanente	COMDICA	CT	Controle Social para a Efetivação dos Direitos, Promoção de Direitos
7. Garantir a participação de adolescentes no COMDICA, como convidados	7.1. Fazer a divulgação nas escolas sobre a realização de conferências e demais eventos que envolvam o público de crianças e adolescentes	Divulgar em 100% das escolas do município	Curto Prazo	COMDICA		Promoção, Participação de crianças e adolescentes
8. Realizar o monitoramento do Plano Decenal	8.1. Constituir a Comissão de Monitoramento	Garantir a realização de reunião a cada dois meses Garantir a execução das ações do Plano	Permanente	COMDICA		Controle Social para a Efetivação dos Direitos

IV. Eixo de direito: Do Direito à Educação, Cultura, Esporte e Lazer

Objetivo	Ações	Metas	Prazo de Execução	Responsável	Corresponsáveis	Eixo Diretrizes Nacionais
1. Erradicar a evasão escolar e diminuir o índice de reprovação	1.1. Realizar levantamento do número de alunos com ficas abertas 1.2. Reunir-se com o conselho tutelar, MP e o Núcleo da Diversidade com as famílias para discutir e criar ações voltadas ao tema	Acompanhamento dos alunos com baixo rendimento e/ou faltantes. Diminuir a cada ano 10% o número de abertura de ficas	Permanente	Secretaria da Educação CT	MP, CRAS, CREAS, CAPS, Escolas	Promoção e Proteção de Direitos, Gestão da Política

		Realizar reuniões trimestrais para o engajamento dos professores e famílias no combate à evasão e baixo rendimento escolar.				
2. Acesso à educação infantil (EMEIS)	2.1. Manter os atendimentos da demanda	Atender 100% das crianças da faixa etária	Prazo Médio	Secretaria da Educação		Promoção de Direitos
	3.1. Fortalecer, ampliar e implementar os projetos de esporte já existentes ofertados no município, bem como, dar condições nas estruturas físicas, recursos humanos e materiais	Atender a demanda de 100%	Médio Prazo	Secretaria da Educação		Promoção de Direitos
3. Oferecer oficinas esportivas no município	3.2. Readequar os espaços existentes no município (<i>ex: ginásio, centro social, biblioteca pública, quadras esportivas, parques e conforme a demanda</i>)	Atender a demanda	Médio Prazo	Secretaria da Educação e Esporte		Gestão da Política
	3.3. Fomentar a prática do esporte como forma de qualidade de vida e estímulo a hábitos saudáveis					
4. Acesso à cultura, por meio do cinema, dança e teatro	4.1. Oferecer oficinas de teatro e dança	Atingir 100% das comunidades	Curto Prazo	Secretaria de Turismo e Cultura		Promoção de Direitos
	4.2. Dinamizar o espaço cultural para resgatar o histórico da cidade	Promover ações nas comunidades	Médio Prazo	Secretaria de Turismo e Cultura		Promoção de Direitos
	4.3. Oferecer sessão de cinema itinerante nas comunidades	Ofertar 10 sessões no ano	Médio	Secretaria de Desenvolvimento Social	Secretaria da Educação, Cultura e Esportes	Promoção de direitos

	4.4. Divulgar nas comunidades a importância do resgate de cultura e a promoção de visitas a Casa da Cultura					
5. Melhoria da qualidade da educação	5.1. Criar Programa de Formação continuada de profissionais da educação	Atender a demanda	Curto Prazo Permanente	Secretaria Municipal de Educação e Secretaria Municipal de Saúde		Promoção de Direitos
6. Implantar projeto para divulgação do ECA para crianças e adolescentes inseridos nas escolas do município	6.1. Implementar o projeto nas escolas, com a participação de alunos adolescentes líderes 6.2. Desenvolver oficinas para os pais e/ou responsáveis com a participação dos filhos	Atingir 100% das escolas do município	Permanente	COMDICA	Secretaria de Desenvolvimento Social	Promoção de Direitos, Proteção de Direitos
8. Criar mecanismos de sensibilização para crianças e adolescentes sobre cidadania e meio ambiente	8.1. Realizar parcerias visando à formação sobre direitos e deveres e conscientização da importância da preservação do meio ambiente	Atingir 100% das escolas do município	Médio Prazo	Secretaria de Desenvolvimento Social	COMDICA	Promoção, Participação de crianças e adolescentes

V. Eixo de direito: Do Direito à Profissionalização e Proteção no trabalho

Objetivo	Ações	Metas	Prazo de Execução	Responsável	corresponsáveis	Eixo Diretrizes Nacionais
1. Criar programa de oferta de cursos profissionalizantes atendendo a demanda dos alunos	1.1. Desenvolver um programa, com legislação específica, para atender o jovem na sua primeira experiência profissional	Criar lei municipal para estabelecer o programa	Curto Prazo Permanente	Secretaria de Educação, Secretaria de Desenvolvimento Econômico	Secretaria de Desenvolvimento Social	Promoção dos Direitos, Gestão da Política
	1.2. Monitorar as demandas por meio de rodas de conversas e aplicação de testes vocacionais	Realizar, no mínimo, 2 encontros em cada região definidas no diagnóstico				
	1.3. Criar grupos de conversas com as famílias para valorização dos cursos de qualificação profissional	Criar um grupo em cada região definidas no diagnóstico				
2. Fomentar a criação de mecanismos de incentivo à economia solidária no município	2.1. Realizar palestras para instrumentalizar as famílias criando a cultura à economia solidária	Atingir 100% das comunidades	Médio Prazo	Secretaria de Desenvolvimento Econômico	Secretaria de Desenvolvimento Social	Promoção de Direitos Gestão da Política
	2.2. Divulgar na comunidade o incentivo à economia solidária, principalmente as mais vulneráveis	Realizar palestras em 100% das regiões definidas pelo diagnóstico				
	2.3. Buscar parcerias com Universidades					
3. Desenvolver programa de apoio aos jovens e adolescentes com foco no empreendedorismo e	3.1. Criar oficinas com o tema voltado ao empreendedorismo	Incluir 50 jovens nos programas jovem aprendiz	Longo Prazo Permanente	Secretaria de Desenvolvimento Econômico	Secretaria de Desenvolvimento Social, Secretaria da Educação	Promoção de Direitos Gestão da Política
	3.2. Realizar um levantamento de dados das vagas de emprego e profissões potenciais existentes no Município	Oficinas de empreendedorismo para 50 jovens				

profissionalização para o mercado de trabalho	<p>3.3. Criar Comissão Municipal para tratar da inclusão de jovens no mercado de trabalho</p> <p>3.4. Realizar feiras para divulgação dos resultados das oficinas de empreendedorismo</p> <p>3.5. Ofertar oficinas de mobilização social, com foco em conhecimentos necessários para o despertar de potencialidades para o mundo do trabalho</p>	Promover rodas de conversa	Permanente			
4. Criar mecanismos para ampliar as vagas de emprego para os jovens	<p>4.1. Elaborar informativos de divulgação do programa de aprendizagem para as empresas do município</p> <p>4.2 Realização de visitas nas empresas com intuito de fortalecer a rede de contratantes de jovens aprendizes por meio da divulgação do Programa de Aprendizagem</p>	<p>Produzir e entregar 300 cartilhas</p> <p>Realizar uma visita por ano nas empresas contratantes</p>	Médio Prazo Permanente	Secretaria de Desenvolvimento Social	Secretaria de Desenvolvimento Econômico	Promoção de Direitos
5. Combater o trabalho infantil	<p>5.1. Criar mecanismos para identificar a ocorrência de trabalho infantil</p> <p>5.2. Trabalhar a prevenção com cursos profissionalizante para adolescentes</p> <p>5.3. Aumentar o número de adolescentes nos programas de aprendizagem nos moldes da Lei 10.097/2000.</p>	Reduzir em 80% a incidência	Curto Prazo Permanente	Secretaria de Desenvolvimento Social	Demais secretarias e SGDA	Proteção de Direitos, Gestão da Política



PARTE V

A quinta parte contempla a conclusão final e referências bibliográficas.

7. CONCLUSÃO FINAL

A elaboração desta pesquisa social no município de Veranópolis, de forma científica e cartográfica, permitiu uma ressignificação da temática da criança e do adolescente para a gestão municipal e para os colaboradores do Sistema de Garantia de Direitos, uma vez que identificou com precisão os territórios com maior incidência de vulnerabilidades e evidenciou aspectos particulares e singulares dos contextos locais que se apresentam de maneiras diferentes em cada local.

O mapeamento das áreas que apresentam números e indicadores sociais mais críticos, propiciou identificar as localidades com crianças e adolescentes expostos às situações de fragilidades, riscos, violações de direito e vulnerabilidades, apresentado no Volume 01, também subsidiou a elaboração das estratégias e ações do Plano Decenal, apresentado no Volume 02.

As pesquisas qualitativas e de percepção com a participação da rede de atendimento, e dos próprios adolescentes, ambos constantes no Volume 02, também enriqueceu este trabalho e possibilitou atingir o cerne e a profundidade que alguns temas exigem e que não são retratados em números ou nos bancos de dados. Em seu decorrer ficou evidente a importância da participação em conjunto dos atores que estão diretamente envolvidos com a política de atendimento do Sistema de Garantia dos Direitos das Crianças e Adolescentes, dos agentes públicos que atuam diretamente na ponta e desenvolvem serviços, programas, e projetos, e da sociedade por meio do apoio de instituições não governamentais ativistas e da própria família.

O volume 02 também apresenta o plano decenal dos direitos da criança e do adolescente, o qual deve servir como uma ferramenta que aponta diretrizes de como articular várias políticas setoriais voltadas ao atendimento do público em epígrafe preconizado em cada eixo de direito. As metas estabelecidas no plano têm a duração de dez anos e os objetivos propostos estão distribuídos conforme a demanda e o cronograma de ações, sendo necessário que os responsáveis pelas ações, se articulem e se mobilizem para a efetivação das mesmas, levando-se em consideração as diretrizes técnicas, orçamentárias e políticas do município.

A escolha do público e a divisão das frentes de investigação para a pesquisa de percepção por diferentes públicos tiveram por objetivo formar um corpo social a partir de todas as pontas, desde o poder público municipal até a sociedade e a família, e priorizar a inclusão das próprias crianças e adolescentes, para que a partir de seus interesses, dificuldades e necessidades participem de forma ativa e consultivamente nos processos de formulação, deliberação, monitoramento e avaliação de políticas públicas a eles direcionadas, em consonância com a Resolução 191/2017 do Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente (CONANDA).

Assim, este diagnóstico cumpriu com seu propósito, o de expor um retrato situacional do município por território, para que sejam direcionadas assertivamente ações e políticas públicas capazes de promover a transformação social necessária para que a tão sonhada doutrina da proteção integral – que norteia os escritos normativos e legislativos – possa ser efetivamente incorporada à realidade social das crianças e adolescentes.

De imediato, percebeu-se a importância em não só aproximar o poder público, os conselhos de direito e a sociedade civil a conhecer a realidade das crianças e adolescentes do município, mas de mobilizar a todos os envolvidos a unir forças e trabalhar em conjunto – no discutir, pensar e formular estratégias, ações e políticas públicas de modo mais embasado e focado nas reais necessidades das famílias de Veranópolis – pois a concretização da transformação social torna-se possível através da articulação e da prática de meios e ações resultantes do pensar coletivo, sem prejuízo da responsabilidade constitucional que foi dirigida a todos: família, sociedade e estado.

Semelhante a uma orquestra que precisa ser regida para estar melodicamente afinada e harmônica, percebe-se que o Sistema dos Garantia de Direitos da Criança e do Adolescente de Veranópolis está em processo de apuração, não somente para manter um serviço em consonância com as demandas, mas para que toda a estrutura da rede de atendimento atue efetivamente no reconhecimento de suas potencialidades e no seu fortalecimento, e sobretudo nas fragilidades e necessidades das famílias residentes no município.

Assim, a finalização deste projeto com a entrega do compêndio de dois volumes que compreendem o Diagnóstico da Realidade Social da Criança e do Adolescente do município de Veranópolis, marca o início de uma nova etapa de trabalho, pois espera-se que a partir dele seja desdobradas ações, pesquisas e estudos de modo a aprofundar o conteúdo que a realidade contextualizada nestes cadernos exige e requer.

8. REFERÊNCIAS

ACADEMIA QEDU. Disponível em:<<http://academia.qedu.org.br/censo-escolar/o-que-e-o-censo-escolar/>> Acessado em: 19 de julho de 2018.

BRASIL. Constituição (1988). Constituição da República Federativa do Brasil: promulgada em 5 de outubro de 1988. 24ª. ed. São Paulo: Saraiva, 2000. (Coleção Saraiva de Legislação).

BRASIL. Estatuto da Criança e do Adolescente: promulgado em 13 de julho de 1990. 9. ed. São Paulo: Saraiva, 1999. (Coleção Saraiva de Legislação).

BRASIL Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome Política Nacional de Assistência Social, Brasília, 2004.

BRASIL, Presidência da República, Secretaria Especial dos Direitos Humanos, Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Plano Nacional de Promoção, Proteção e Defesa do Direito de Crianças e Adolescentes à Convivência Familiar e Comunitária, Brasília, 2006.

BRASIL. Secretaria de Desenvolvimento Humano. Disponível em:<<http://dh.sdh.gov.br/download/resolucoes-conanda/res-113.pdf>>. Acessado em: 24 de janeiro de 2017.

BRASIL. Secretaria de Desenvolvimento Humano. Disponível em:<<http://www.sdh.gov.br/assuntos/criancas-e-adolescentes/programas/fortalecimento-de-conselhos/garantia-de-direitos-da-crianca-e-do-adolescente>>. Acessado em: 15 de maio de 2018.

BRASIL. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/decreto/d6481.htm>.Acessado em: 19 de outubro de 2018.

CNJ, 2016. Disponível em:<<http://www.cnj.jus.br/noticias/cnj/83767-cnj-servico-o-que-faz-um-conselho-tutelar>>. Acessado em: 15 de maio de 2018.

CONANDA. Resolução nº 113. Disponível em:<http://www.crpsp.org.br/portal/comunicacao/diversos/mini_cd/pdfs/Res_113_CONANDA.pdf>. Acessado em: 12 de dezembro de 2017.

CURRY, Munir. GARRIDO DE PAULA, Paulo Afonso. MARÇURA, Jurandir Norberto. Estatuto da Criança e do Adolescente anotado. 3 ed. Ver, e atual. São Paulo: Ed. Revista dos Tribunais, 2002.

CUSTÓDIO, André Viana. Direito da Criança e do Adolescente. Criciúma, SC: UNESC, 2009.

DATASUS. Disponível em:<<http://datasus.saude.gov.br/sistemas-e-aplicativos/eventos-v/sinasc-sistema-de-informacoes-de-nascidos-vivos>> Acessado em: 19 de julho de 2018.

DATASUS. Disponível em:<<http://datasus.saude.gov.br/sistemas-e-aplicativos/eventos-v/sim-sistema-de-informacoes-de-mortalidade>> Acessado em: 19 de julho de 2018.

INEP. Disponível em:<<http://portal.inep.gov.br/censo-escolar>>. Acessado em: 29 de maio de 2018.

IBGE. Censo Demográfico 2010. Disponível em:<http://downloads.ibge.gov.br/downloads_estatisticas.htm>. Acessado em: 05 de abril de 2018.

IBGE. Microdados2010. Disponível em:<http://downloads.ibge.gov.br/downloads_estatisticas.htm>. Acessado em: 05 de abril de 2016.

IBGE, Cidades. Disponível em:<<http://www.cidades.ibge.gov.br/xtras/home.php>>. Acessado em 09 de maio de 2018.

IBGE. Diretoria de Pesquisas - DPE - Coordenação de População e Indicadores Sociais – COPIS, Rio de Janeiro – RJ, 2018.

IBGE. Disponível em:<<https://censo2010.ibge.gov.br/materiais/guia-do-censo/apresentacao.html>> Acessado em: 19 de julho de 2018.

INEP. Disponível em:<<http://portal.inep.gov.br/>>. Acessado em: 19 de abril 2018.

JANNUZZI, P. de M. Indicadores sociais no Brasil: conceitos, medidas e aplicações. 3. ed. Campinas: Alínea; Campinas: PUC, 2004.

MACHADO, Martha de Toledo. **A proteção constitucional de crianças e adolescentes e os direitos humanos**. São Paulo: 2003.

MDS, 2009. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais. Resolução nº 109, de 11 de novembro de 2009. Brasília, DF – 2009.

MDS, 2011. Departamento de proteção Social Especial. Orientações Técnicas: Centro de Referência Especializado de Assistência Social – CREAS. Brasília, DF – 2011.

Ministério do Desenvolvimento Social (MDS). Benefício de Prestação Continuada (BPC). Disponível em <http://mds.gov.br/aceso-a-informacao/mds-para-voce/carta-de-servicos/usuario/assistencia-social/bpc>. Acessado em: 06 de março de 2020.

MDS, 2016. Disponível em:<http://www.mds.gov.br/webarquivos/arquivo/assistencia_social/cartilha_paif_2511.pdf>. Acessado em: 15 de maio de 2018.

MDS, 2016. Disponível em:<http://www.mds.gov.br/webarquivos/publicacao/assistencia_social/perguntas_e_respostas/PerguntasFrequentesSCFV_03022016.pdf>. Acessado em: 15 de maio de 2018.

SINAN. Disponível em:<<http://portalsinan.saude.gov.br/>> Acessado em: 19 de julho de 2018.

MDS. Disponível em:<<http://mds.gov.br/assuntos/assistencia-social/unidades-de-atendimento/cras>> Acessado em: 19 de julho de 2018.

MDS. Disponível em:<<http://mds.gov.br/assuntos/assistencia-social/unidades-de-atendimento/creas>> Acessado em: 19 de julho de 2018.

MDS. Disponível em:<<http://mds.gov.br/aceso-a-informacao/perguntas-frequentes/assistencia-social/psb-protecao-social-basica/projetos-psb/servico-de-protecao-e-atendimento-integral-a-familia-2013-paif>> Acessado em: 19 de julho de 2018.

MDS. Disponível em:<<http://mds.gov.br/assistencia-social-suas/servicos-e-programas/servicos-de-convivencia-e-fortalecimento-de-vinculos>> Acessado em: 19 de julho de 2018.

IBGE. Disponível em:<https://ww2.ibge.gov.br/home/estatistica/indicadores/trabalhoerendimento/pme_nova/defaultmicro.shtm> Acessado em: 19 de julho de 2018.

MDS. Disponível em:<<http://mds.gov.br/assistencia-social-suas/servicos-e-programas/paefi>> Acessado em: 19 de julho de 2018.

PAULA, Paulo Afonso Garrido de. Direito da criança e do adolescente e tutela jurisdicional diferenciada. Editora Revista dos Tribunais, 2002.

RIPSA. Disponível em:<http://www.ripsa.org.br/fichasIDB/pdf/ficha_A.16.pdf>. Acessado em: 09 de maio de 2018.

SOLIGO, Valdecir. Indicadores: Conceito e complexidade do mensurar em estudos de fenômenos sociais. Maio, 2012.

TAVARES, José de Farias. Direito da Infância e da Juventude. Belo Horizonte: Del Rey, 2001.

VERONESE, Josiane Rose Petry. Temas de Direito da Criança e do Adolescente. São Paulo: Ltr, 1997.



painel
Pesquisas e Consultoria

www.painelpesquisas.com.br
Rua: Ibirapuera 705 – Floresta – Joiville/SC
e-mail: atendimento@painelpesquisas.com.br
Tel: (55) 47 3025 5467 Cel: (55) 47 9 9993 1043



IDEALIZAÇÃO:



PREFEITURA MUNICIPAL
DE VERANÓPOLIS

SECRETARIA MUNICIPAL DE
DESENVOLVIMENTO SOCIAL,
HABITAÇÃO E LONGEVIDADE

REALIZAÇÃO:

painel
Pesquisas e Consultoria

FINANCIAMENTO:

Ceran 
Cia Energética Rio das Antas

APOIO:


Comdica
CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS
DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE DE VERANÓPOLIS - RS